



SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES  
Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026/SMCL/PVH**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005.006085/2025-56**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 020/2026.**

**(IRP Nº 00022/2026)**

**PARA OS ITENS DEFINIDOS NESTE EDITAL APLICA-SE O CUMPRIMENTO  
DA LEI Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES. PARTICIPAÇÃO CONFORME  
ANEXO I DESTE EDITAL**

**AVISO AOS INTERESSADOS**

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

**CONTATOS:**

E-mail:

[pregoes.sml@gmail.com](mailto:pregoes.sml@gmail.com);

Telefone: (69) 3901-6270

**EQUIPE RESPONSÁVEL  
PELA CONDUÇÃO DO  
CERTAME: Equipe 07/SMCL**

## **1. AVISO DE LICITAÇÃO**

**1.1. PREGÃO ELETRÔNICO N° 90038/2026/SMCL/PVH, TIPO MENOR PREÇO. SRP N° 020/2026.**

**1.2. OBJETO:** Sistema de Registro de Preços - SRP para eventual e futura Aquisição de Equipamentos Odontológicos (Fotopolimerizador, Vibrador para Amálgamas, Cuba Ultrassônica e outros), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA .

**1.3. VALOR ESTIMADO: R\$ 9.889.794,15 (Nove milhões oitocentos e oitenta e nove mil setecentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).**

**1.4. DATA DE ABERTURA: 19 de maio de 2026;**

**HORÁRIO: 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras>

**UASG: 925172 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL.**

O prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, será condicionado ao artigo 55 da Lei n. 14.133/2021.

### **1.5. MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br) e <https://www.gov.br/compras>.

Porto Velho/RO, 04 de maio de 2026.

**Daiane Di Souza Botelho**  
Agente de Contratação/Pregoeira

## **2. DAS DISPOSIÇÕES DO PREÂMBULO**

**2.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**, vem, por intermédio da Agente de Contratação/Pregoeira e equipe de apoio designados pela **Portaria nº 016/2026/SMCL**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - DOMER nº 4202 de 30/03/2026, tornar público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** nos termos da **Lei Complementar nº 1.000/2025**, regulamentada pelo **Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025**, Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, publicado no DOM nº 3444, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicação subsidiária Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que se refere ao procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e demais normas regulamentares estabelecidas neste edital e seus anexos.

**2.1.1. Não havendo expediente** ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) em contrário.

**2.1.2.** Esta Licitação se encontra formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N. 005.006085/2025-56** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no **Art. 5º da Lei 14.133.21**. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

**2.1.3.** Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Proposta Detalhada e Minuta do Contrato (quando for o caso)**.

### **2.2. Do Credenciamento**

**2.2.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras>;

**2.2.2.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**2.2.3.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Prefeitura de Porto Velho responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**2.2.4.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

## **3. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO**

**3.1. DO OBJETO: Sistema de Registro de Preços – SRP para eventual e futura Aquisição de Equipamentos Odontológicos (Fotopolimerizador, Vibrador para Amálgamas, Cuba Ultrassônica e outros)**, visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, e a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos **Anexos I e II deste Edital**, as quais

deverão ser, minuciosamente, observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

**3.1.1.** O objeto da licitação tem a natureza de **BEM COMUM** uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, mediante especificações usuais no mercado.

**3.2. Em caso de divergência** entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I e II deste Edital e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema, prevalece as especificações do Edital.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Esta licitação sob a modalidade Pregão, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública *on-line*. A participação nesta importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**4.1.1.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA**.

**4.1.2.** Poderá participar desta licitação, toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que esteja credenciada no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou demais interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

**4.1.3.** Estar devidamente credenciada no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

#### **4.2. Condição para participação:**

**4.2.1.** A licitante **DECLARARÁ** em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos**, que cumpre os requisitos para a habilitação, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**d) Cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**e) Cumpre as exigências de reserva destinada a contratação de Jovens aprendizes**, nos Termos estabelecidos no artigo 429 da CLT combinada com a Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000).

**f)** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**g)** O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido

estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**h)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.2.2.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.3. Para está LICITAÇÃO será permitida a participação em consórcio**, sujeita às seguintes regras: observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art. 15 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021).

**a)** As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

**b)** Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

**c)** as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

**d)** as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

**e)** O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

**4.3.1.** As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

**4.3.2.** A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico – financeira apresentados à ocasião do certame.

**4.3.3.** A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

**4.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)**

**4.4.1.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.4.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.4.3. Pessoa física ou jurídica** que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi

imposta;

**4.4.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

**4.4.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**4.4.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.4.7.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.4.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.4.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.4.10.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

**4.5.** O impedimento de que trata o **item 4.4.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.4.1 e 4.4.2**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.8.** O disposto nos **itens 4.4.1 e 4.4.2** neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**4.10.** A vedação de que trata o **item 4.4.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.11.** É vedado a qualquer interessado participar de licitação na qualidade, simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio assim como de integrante de dois ou mais consórcios.

**4.12. Em tempo, será analisado também:**

**4.12.1.** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com Prefeitura de Porto Velho/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n.10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções);**



**4.12.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

**4.12.3.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art.87,IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções);**

**4.12.4.** Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

#### **4.13. Da participação das MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e EQUIPARADAS**

**4.13.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**4.13.1.1.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.13.2.** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.2.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.3.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.4.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.4.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.4.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.5.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.5.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.6.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.8.** As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCCLASSIFICADA** pelo (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a).

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

### **7.1. Da abertura da sessão;**

**7.1.1.** A abertura da presente licitação conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.1.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.1.3.** Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento



estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

**7.1.4.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

## **7.2. Da classificação das propostas:**

**7.2.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.2.2.** As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro(a). Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.3.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**7.2.4.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**7.2.5.** Os preços unitários e totais referidos no ITEM anterior, deverão, evidentemente, estar compatíveis aos de mercado, estimados pela Administração;

## **7.3. Da formulação de Lances;**

**7.3.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado no registro de cada lance.

**7.3.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

**7.3.3.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

**7.3.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

**7.3.5.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**7.3.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.3.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**7.3.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.3.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**7.3.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, conforme previsto no art.

**7.3.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.3.7.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.3.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**7.3.9.** Durante a fase de lances, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**7.3.9.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

**7.3.10.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.3.11.** No caso de a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

**7.3.12.** O Agente de Contratação/Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sempre juízo dos atos realizados;

#### **7.4. Do benefício às MICROEMPRESAS e às empresas de PEQUENO PORTE;**

**7.4.1.** Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

**7.4.2.** A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores soma dos extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**7.4.3.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II. Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.123/2006.

**7.4.4.** Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

#### **7.5. Dos critérios gerais para desempate entre propostas:**

**7.5.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 28 do **DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023** que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Município de Porto Velho e dá outras providências nesta ordem:

**7.5.2.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.5.3.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.5.4.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.5.5.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.5.6.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.5.6.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.5.6.2.** Empresas brasileiras;

**7.5.6.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.5.6.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº12.187/2009.

**7.6.** Se o empate persistir serão utilizados os critérios de desempates da [Instrução Normativa \(IN\) nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

§ 1º Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

§ 2º Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a **sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público**, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. **(Redação dada pela IN nº 79, de 2024).**

**7.7.** Na hipótese do “sorteio” a sessão pública será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial indicado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea “a” do subitem 7.7;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES – SMCL**;

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais indicados pela SMCL ou no Youtube ou outra plataforma de streaming; os endereços serão informados no chat pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**8.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação/Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.2.** O Agente de contratação/Pregoeiro(a) iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no chat durante a sessão.

**8.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.6. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:**

**8.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**8.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e edital;

**8.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.6.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.6.6.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), que comprove:

**8.6.6.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.6.6.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.6.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.6.8.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta. (SE FOR O CASO).

**8.6.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**8.6.10.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.6.11.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.7. Das correções admissíveis;**

**8.7.1.** Nos casos em que o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final

da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**8.7.1.1.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**8.7.1.2.** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

**8.8.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Agente de Contratação/Pregoeiro(a) que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

## **9. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA**

**9.1.** O Agente de Contratação/Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

**9.1.1.** Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

**9.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 90 (NOVENTA) DIAS.**

**9.1.3.** O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), ambas as opções devidamente justificadas.

**9.1.4.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 9.1, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**9.2.** A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), deverá obedecer às condições previstas no **item 6 e subitens deste Edital**;

**9.2.1.** O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, JPGou PDF);

**9.2.2. O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A) CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**9.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a), sempre juízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.4.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.5.** Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.6.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45daLCnº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.7.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

**9.8.** O licitante deverá apresentar junto a proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas. (modelo próprio).

#### **9.9. QUANDO FOR O CASO DA LICITAÇÃO AS LICITANTES DEVERÃO ATENDER OS ITENS:**

**9.9.1. PARA COTA RESERVA**, na hipótese de não haver vencedor, este poderá ser adjudicada ao vencedor da **COTA PRINCIPAL** ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**9.9.2.** Se a mesma **EMPRESA** vencer a **COTA RESERVA** e a **COTA PRINCIPAL**, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

#### **9.10. Deverá ser entregue junto à proposta de preços – Registro na ANVISA**

**9.10.1. Para os itens: 01, 02, 05, 06, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48 e 49** deverá ser entregue junto à proposta de preços, Prova de registro do material emitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ou MS (Ministério da Saúde), ou de sua isenção (ser for o caso), e ainda cópia da publicação de registro junto ao Diário Oficial da União; ou Protocolo de Revalidação, acompanhado da cópia do último Registro do material, Cópia Simples.

**9.10.2.** Estando o registro do material vencido, a Empresa deverá apresentar documento que comprove o pedido de sua revalidação (protocolo), junto ao comprovante de pagamento da taxa de revalidação do referido registro.

#### **9.11.Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO;**

**10.11.1.** Para os itens: **12,13, 14, 15, 16, 43, 46, 50, 51, 52, 53, 54 e 55** o agente de contratação solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie, junto a proposta, sob pena de desclassificação:

**10.11.2.** Comprovação de que o equipamento, sob regime de vigilância sanitária: contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado; Ou apresenta documento de isenção.

**10.12.** Caso atendidas as condições da proposta de preços, será iniciado o procedimento de habilitação.

**10.12.1.** Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a **apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.**

### **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;
- b) Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho – **SISCAF**;
- c) Consulta consolidada de Pessoa Jurídica - **TCU Inidôneos** - Licitantes Inidôneos; **CNJ CNIA** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; **CEIS** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e **CNEP** - Cadastro Nacional de Empresas Punidas <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- d) Consulta consolidada de Pessoa Física - Serviço automatizado para emitir ou validar certidões negativas referentes a punições vigentes contidas nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado. <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

**10.1.1.** A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.1.2.** A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores – **SICAF** e/ou pelo Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho - **SISCAF, NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS**, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**10.1.3.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF ou SISCAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**10.1.4.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a **consulta aos sítios eletrônicos** oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**10.1.5.** Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão incluídos aos autos.

**10.1.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10.1.7.** Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (modelo próprio)

**10.1.8.** Será exigida do licitante declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#). (modelo próprio).

**10.1.9.** Será exigida do licitante **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO nos termos do Art. 14, IV, da Lei n. 14.133/2021**. (modelo anexo).

## **10.2. Relativos à habilitação jurídica**

**10.2.1.** A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Deverá apresentar:

a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **No caso de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de**



**responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d) No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei 123/06 e alterações;

**f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização; (caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei).

**10.2.2.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.3. Relativos a regularidade fiscal e trabalhista**

**10.3.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

**a)** A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão negativa de débitos **ou “certidão positiva com efeito de negativo” relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União;**

**d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”,** expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

**e)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou **“certidão positiva com efeito de negativo”,** expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente;

**f)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**g)** Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de certidão negativa ou **“certidão positiva com efeito de negativo”** fornecida pelo órgão competente, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

### **10.4. Relativos à qualificação econômico-financeira**

**10.4.1.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**10.4.2.** Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**10.4.3. Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais,** já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**10.4.4.** No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também técnico em contabilidade, contador ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente registrado/autenticado pelo órgão competente.

**10.4.5. Em se tratando de Sociedade por Ações** (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

**10.4.6. As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos **02 (dois) últimos exercícios sociais** exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em contabilidade, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

**10.4.7. O MEI (Micro Empreendedor Individual)** para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

**10.4.8. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses**, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado pelo órgão competente.

**10.4.9.** Os documentos referidos **item 10.4.3** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.4.10. As empresas obrigadas a escrituração pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED, submetida a Instrução Normativa DNRC 107/08, deverão apresentar:**

- a)** Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b)** Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c)** Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d)** Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

**10.4.11.** Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

**10.4.12.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar resultados igual ou maior a 1(um), em todos dos índices elencados no item 10.4.11 deste edital, e deverá ainda, comprovar patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento), do montante da contratação.

**10.4.13.** Em caso de participação de empresas em consórcio:

**10.4.13.1.** Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III – segunda parte, da Lei nº 14.133/2021);

**10.4.13.2.** Acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação (art. 15, § 1º da

Lei nº 14.133/2021); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

### **10.5. Relativo à qualificação técnica e outros documentos**

**10.5.1.** Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento dos materiais compatíveis com o objeto ser licitado, e ainda;

**10.5.2.** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

**10.5.3. Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário),** atualizada, ou cadastramento definitivo emitido por órgão de Vigilância Sanitária local do fornecedor proponente, e se o proponente for o fabricante ou detentor do equipamento no Brasil.

## **11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**11.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS], a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.**

**11.1.1.** É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**11.2.** A convocação ocorrerá exclusivamente pelo **SISTEMA**, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no **item 10** deste edital.

**11.2.1.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

**11.2.2.** OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM01(UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

**11.3.** Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de **HABILITAÇÃO e PROPOSTA FINAL** pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

**11.4.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**11.4.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**11.4.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**11.5.** Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.6.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 11.1.**

**11.7.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

**12.1.** Em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o **pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.**

**12.2.** Os pedidos de **esclarecimentos e impugnações**, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, deverão ser de forma eletrônica direcionado ao Agente de Contratação/Pregoeiro(a), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento e solicitação de vistas ao processo eletrônico correspondente a licitação, deverão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte* e-mail: [pregoes.sml@gmail.com](mailto:pregoes.sml@gmail.com);

**12.4.** Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro (a), receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital e anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

**12.4.1.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

## 13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**13.1. Em conformidade com o Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:**

**I.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação;

e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

**II.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II – A apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Parágrafo único. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**13.2.** A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

**13.3.** A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

**13.4.** As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

**13.5.** O início da contagem dos prazos, bem como o seu término, dar-se-á sempre em dias úteis.

**13.6.** O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO “ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO”**

**14.1.** Em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021:

**Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:**

I – determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III – proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV – adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14.2.** É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em **sítio eletrônico oficial** do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim. (§ 2º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

**14.3.** Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei nº 14.133/2021).

**14.4.** A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação. (Artigo 94, Lei nº 14.133/2021).

**14.5.** A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

**14.6.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**14.7.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**14.8.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação

para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**14.9.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**14.10.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**14.11.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

## **15. DESPESA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** Conforme dispõe o art. 52 do Decreto Municipal nº 18.892/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Porto Velho:

*“Na licitação para Registro de Preços, não é obrigatório indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.*

## **16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

**16.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a) durante o certame;

**16.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**16.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**16.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**16.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**16.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra quando for o caso;

**16.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**16.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**16.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**16.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**16.1.5.** Fraudar a licitação;

**16.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**16.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**16.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**16.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**16.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**16.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**16.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**16.2.1.** Advertência;

**16.2.2.** Multa;

**16.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**16.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**16.3.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**16.3.1.** As peculiaridades do caso concreto

**16.3.2.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**16.3.3.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**16.3.4.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**16.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. 16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**16.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**16.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4., 16.1.5., 16.1.6., 16.1.7. e 16.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1., 16.1.2. e 16.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**16.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**16.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**16.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**16.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**16.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

**17.1.** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disporá sobre: art. 82

**a)** As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

**b)** Não será permitida nesta contratação a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

**17.1.1.** Não será permitida a possibilidade de prever preços diferentes:

a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

**17.1.2.** Não será permitida nesta contratação a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

**17.1.3.** Para essa contratação, é vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

**17.2. O Edital de Licitação** para registro de preços observará ainda as **normas do Registro de Preços estão em conformidade com o** DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

**17.2.1.** Homologado o resultado desta licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições estabelecidas.

**17.3.** A convocação será via e-mail, com aviso de recebimento.

**17.4. O prazo para assinatura** será de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de recebimento da notificação. A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste Edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a perda do direito ao registro de preços, bem como às penalidades cabíveis, previstas neste Edital.

**17.4.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**17.5.** As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata.

**17.6.** A licitante não estará obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços quando convocada após o prazo de validade de sua proposta. Porém, se o fizer, estará obrigada a fornecer os produtos por todo período de vigência da Ata, nos termos do art. 58 e 59 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

**17.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

**17.8.** O disposto no item **17.6** não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 60 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023 que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

### **17.9. Do Cadastro Reserva de Fornecedores**

**17.9.1.** Com o objetivo de formar cadastro de fornecedores, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**17.9.2.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**17.9.3.** A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

**17.9.4.** A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada à Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

### **17.10. Da adesão ao registro de preços**

**17.10.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**17.10.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**17.10.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **item 17.10.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos **itens** deste instrumento convocatório e registrados na Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes nos termos do art. 71, inciso I do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

**17.10.4.** **O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**17.10.5.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

### **17.11. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços**

**17.11.1.** Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da sua publicação no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM)** e sua divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações - PNCP)**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso conforme o Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023.

**17.11.2.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

### **17.12. Do reajuste diretamente sobre os preços registrados em Ata**

**17.12.1.** Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, conforme previsão contida no Art. 77 do Decreto Municipal nº 18.892/2023 e Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nas seguintes situações:

**17.12.2.** Considerando o disposto no inciso IV, §5º, Art. 82 da Lei 14133/2021 (atualização periódica dos preços registrados), bem como o inciso III, Art. 25, do Decreto 11462/2023, os preços registrados serão reajustados após o interregno de um ano, **contado da data do orçamento estimativo da Administração, e independentemente de pedido da CONTRATADA**, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**17.12.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**17.12.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**17.12.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**17.12.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**17.12.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**18.1. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** - Conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.2. DO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** - Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.3. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** - Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO** - Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.5. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO** - Conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES** - Conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo deste Edital.

**18.7. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** - Conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**18.8. DA SUBCONTRATAÇÃO** - Conforme estabelecido no Termo de Referência -

**18.9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** A documentação exigida para atender ao disposto na **HABILITAÇÃO** e respectivos subitens, incisos parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) mediante consulta ao **SICAF ou SISCAF, no que couber**, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

**19.1.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou SISCAF deverão se apresentados nos termos deste edital.

**19.2.** Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no **SICAF ou SISCAF**, a consulta realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a) nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**19.3.** A licitante intimada para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverá fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**19.4.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que participar do presente certame e, deverão conter o mesmo CNPJ e endereço respectivo:

**a)** Se o licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovemente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade do licitante.

**19.5.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital**;

**19.6.** Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**19.6.1.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e documentos.

**19.7.** As microempresas e empresa de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

**19.8.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **o prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.(de acordo com a Lei Complementar 123/2006 e alterações);

**19.8.1.** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e neste Edital**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**19.9.** O Agente de Contratação/Pregoeiro (a), em qualquer fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação de habilitação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta, bem como, poderá solicitar parecer de técnicos

pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município /RO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**19.10.** O Agente de Contratação/Pregoeiro (a) poderá sanar ou solicitar o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância **dos documentos** e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.11.** Fica assegurada a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**19.12.** Qualquer modificação neste Edital implicará a divulgação desta pelo (s) mesmo (s) instrumento (s) de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o (s) prazo (s) inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

**19.13.** As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

**19.14.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**19.15.** Em conformidade com o Art. 70 da Lei n. 14.133/2021 a documentação referida neste poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

**19.15.1.** Poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

**19.16.** Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito;

**19.17.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**19.18.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**19.19.** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho-RO para dirimir quaisquer dúvidas referentes a esta licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## **20. DOS ANEXOS DESTA EDITAL**

**20.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

b) ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS;

c) ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO

d) ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA;

e) ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO (quando for o caso).

Porto Velho/RO, 04 de maio de 2026.

**Daiane Di Souza Botelho**  
Agente de Contratação/Pregoeira

## **ANEXO I DO EDITAL**

### **TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO Nº68/2026 - SMCL-GAB/SMCL-SEL/SMCL-DGC (id.0545143 )**

O Termo de Referência e seus anexos constituem parte integrante do Edital e deverão ser disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho ([www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br)) e no Portal Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).



## ANEXO II DO EDITAL

## MODELO PROPOSTA DE PREÇOS - PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL, apresentamos nossa proposta comercial referente ao **Pregão Eletrônico Nº 90038/2026/SMCL/PVH**, conforme planilha abaixo:

<b>Razão Social da Empresa:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço Completo com CEP:</b>	
<b>Banco:</b> _____ <b>Agência:</b> _____ <b>Conta-Corrente:</b> _____	
<b>Telefone:</b>	<b>Responsável (Nome e cargo):</b>
<b>E-mail:</b>	
<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> _____ DIAS (MÍNIMO 90 DIAS).	<b>PRAZO PARA ENTREGA:</b> _____ DIAS
<b>Local de Entrega:</b> Conforme TERMO DE REFERÊNCIA, anexo I do Edital.	
<b>Objeto:</b> -----.	

ITEM	CATM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
01	410459	Fotopolimerizador multifuncional com leds multiwave, ação conjunta com 3 leds, o que aumenta o espectro no comprimento de ondas. Polimerização de resina em 3 segundos. Potência 2500mW/cm. Comprimento de ondas de 385 a 514 nm, atua em todas as resinas. Luz azul fria. Corpo da caneta constituído em plástico injetado em ABS, formato da ponteira ergonômico para restaurações posteriores. Temporizador de 5, 10, 15 e 20 segundos, a cada 5 segundos é emitido um bip sonoro e luminoso. Aparelho sem fio com bateria de lítio, confeccionado em ABS injetado com Display digital, Profundidade de polimerização de até 6 mm. Tempo de uso com carga total - 180 minutos, ponteira metálica removível com giro de 360°. Sistema stand by. Desliga automaticamente após 2 minutos sem utilização. Acompanha 01 caneta completa, 01 Protetor ocular, 01 Lente da ponteira e uma base de carga. Bivolt automático 100 - 240 V Garantia 12 meses		UND	67		

		Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. Display digital.					
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
02	410459	<p>Fotopolimerizador multifuncional com leds multiwave, ação conjunta com 3 leds, o que aumenta o espectro no comprimento de ondas. Polimerização de resina em 3 segundos. Potência 2500mW/cm. Comprimento de ondas de 385 a 514 nm, atua em todas as resinas. Luz azul fria. Corpo da caneta constituído em plástico injetado em ABS, formato da ponteira ergonômico para restaurações posteriores.</p> <p>Temporizador de 5, 10, 15 e 20 segundos, a cada 5 segundos é emitido um bip sonoro e luminoso.</p> <p>Aparelho sem fio com bateria de lítio, confeccionado em ABS injetado com Display digital, Profundidade de polimerização de até 6 mm. Tempo de uso com carga total – 180 minutos, ponteira metálica removível com giro de 360°. Sistema stand by. Desliga automaticamente após 2 minutos sem utilização. Acompanha 01 caneta completa, 01 Protetor ocular, 01 Lente da ponteira e uma base de carga.</p> <p>Bivolt automático 100 – 240 V</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. Display digital.</p>		UND	16		
<b>COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
		Vibrador para amálgamas e ionômeros em cápsulas pré-dosificadas. Com painel digital com acionamentos por micro switch; Haste batidora com dupla velocidade: média: 4200 oscilações por minuto e alta: 5000 oscilações por minuto; movimento helicoidal elíptico em 8 oferecendo a homogeneização ideal; Garfo metálico com sistema universal,					

03	413141	<p>permitindo a fixação de todos os modelos de cápsulas de amálgama, inclusive cápsulas com êmbolos (ionômeros de vidro); Dispositivo de segurança com micro-chave, interrompendo o funcionamento do equipamento caso a tampa seja aberta acidentalmente;</p> <p>Temporizador digital micro-processado com escala de 1 a 99 segundos, emite 3 bips de advertência caso a tampa esteja aberta ao iniciar o funcionamento; Tampa protetora em acrílico de alto impacto transparente, chave geral liga/desliga, potência de entrada 72 VA, potência motor 35 W, Bivolt automático 127 V – 220 V. Garantia 12 meses</p> <p>Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde.</p>		UND	57		
----	--------	---	--	-----	----	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

04	413141	<p>Vibrador para amálgamas e ionômeros em cápsulas pré-dosificadas. Com painel digital com acionamentos por micro switch; Haste batidora com dupla velocidade: média: 4200 oscilações por minuto e alta: 5000 oscilações por minuto; movimento helicoidal elíptico em 8 oferecendo a homogeneização ideal; Garfo metálico com sistema universal, permitindo a fixação de todos os modelos de cápsulas de amálgama, inclusive cápsulas com êmbolos (ionômeros de vidro); Dispositivo de segurança com micro-chave, interrompendo o funcionamento do equipamento caso a tampa seja aberta acidentalmente;</p> <p>Temporizador digital micro-processado com escala de 1 a 99 segundos, emite 3 bips de advertência caso a tampa esteja aberta ao iniciar o funcionamento; Tampa protetora em acrílico de alto impacto transparente, chave geral liga/desliga, potência de</p>		UND	18		
----	--------	--	--	-----	----	--	--

		entrada 72 VA, potência motor 35 W, Bivolt automático 127 V – 220 V. Garantia 12 meses Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde.					
<b>COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
05	480953	<p>Cuba ultrassônica de aço 304 AISI com capacidade de 6 litros, com painel de LED fácil de visualizar e operar, possui sensor capacitivo, circuito integrado e vedado contra água e substâncias químicas, Corpo em ABS alto impacto, resistente, com alças laterais. Dreno independente para líquido enzimático utilizado, cesto suspenso de PVC com alça longa de ABS articulada e alça pequena metálica. Desligamento automático quando sem água. Aquecimento do líquido enzimático, 5 temperaturas préprogramadas e ajustáveis, com protetor térmico a 65°C contra superaquecimento. Seletores de tempo e temperatura se ajustam à necessidade do material, de 1 a 30 minutos. Componentes: 2 transdutores ultrassônicos de 38 mm grau industrial, de 55 W (110 W), 2 aquecedores cerâmicos de 80 W (160 W), protetor térmico a 65°C contra superaquecimento, interruptor liga/desliga independente, cabo de alimentação removível; Potência: 220v – 300 W; Frequência: 60 Hz; Voltagem: 110 V; Garantia 12 meses; Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e/ou Ministério da Saúde.</p>		UND	57		
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
		Cuba ultrassônica de aço 304 AISI com capacidade de 6 litros, com painel de LED fácil de visualizar e operar, possui sensor capacitivo, circuito integrado e vedado contra água e substâncias químicas, Corpo em ABS alto impacto, resistente,					

06	480953	<p>com alças laterais. Dreno independente para líquido enzimático utilizado, cesto suspenso de PVC com alça longa de ABS articulada e alça pequena metálica. Desligamento automático quando sem água. Aquecimento do líquido enzimático, 5 temperaturas préprogramadas e ajustáveis, com protetor térmico a 65°C contra superaquecimento. Seletores de tempo e temperatura se ajustam à necessidade do material, de 1 a 30 minutos. Componentes: 2 transdutores ultrassônicos de 38 mm grau industrial, de 55 W (110 W), 2 aquecedores cerâmicos de 80 W (160 W), protetor térmico a 65°C contra superaquecimento, interruptor liga/desliga independente, cabo de alimentação removível; Potência: 220v – 300 W; Frequência: 60 Hz; Voltagem: 110 V; Garantia 12 meses; Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e/ou Ministério da Saúde.</p>	UND	18		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>						
07		<p>Bomba a vácuo para capacidade 02 consultórios com gabinete, com sistema automático de descarga dos resíduos diretamente ao esgoto, pré lavagem automática do filtro coletor, turbina com dimensionamento para alto rendimento. Com temporizador de varredura, um dispositivo que ao colocar o suctor no suporte da unidade auxiliar, a sucção permanece por 15 segundos realizando a limpeza interna da tubulação. Comando de acionamento eletrônico. Turbina de bronze com 10 anos de garantia Frequência: 60 Hz Vazão de ar máxima: 200L/min Consumo de água: 0,30L/min</p>	UND	14		

		<p>Tensão da placa de comando: 24 V  Potência do motor: 1/2 HP  Vácuo Máximo: 450mmHg/17,62inHg  Alimentação: Bivolt 127 V/220 V  Rotações do motor: 3450-60Hz  Dimensões com o gabinete: Comprimento 30 cm, largura 31 cm, altura 37,5 cm  Garantia 12 meses  Declarado <b>Isento</b> de Registro pelo Ministério da Saúde.</p>					
08	472671	<p>Negatoscópio ultra slim com 7 mm de espessura. Material em acrílico Superfície plana. Sistema de iluminação em led, resistente a impacto e não enferruja, alta luminosidade sem área de sombra. Possibilidade de 3 posições de trabalhos: parede, mesa ou inclinado.  Tensão de entrada da fonte: 127 V / 220 V (Bivolt automático);  Alimentação de saída da fonte: 12 V/1 A  Iluminância: de até 5000 lux, sem área de sombra  Frequência: 50/60 Hz  Consumo: 11 W  Botão liga/desliga: acionamento eletromagnético por aproximação  Dimensão do produto (C x L x A): 345 x 7 x 260 mm, Área visível (C x A): 295 x 210 mm  Declarado <b>Isento</b> de Registro pelo Ministério da Saúde.</p>		UND	75		
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
09	472671	<p>Mini incubadora para incubação de 4 indicadores biológicos simultaneamente, possui tampa da área de incubação (ajuda a manter a temperatura estável e protege o operador de queimaduras) e fusível impresso (protege as instalações elétricas contra picos de energia).  Temperatura máxima de incubação: 60°C.  Voltagem: 127/220 V - Comutação Automática  Potência: 10 Watts</p>		UND	63		

		<p>Frequência 50/60 Hz  Dimensões: 8,7 x 7,6 cm  (A x D) / Orifício para o  indicador: 10 x 37 mm (D  x P)  Peso Líquido: 240 g  Garantia 12 meses  Declarado <b>Isento</b> de  Registro pelo Ministério  da Saúde.</p>					
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
10	472671	<p>Mini incubadora para  incubação de 4  indicadores biológicos  simultaneamente, possui  tampa da área de  incubação (ajuda a  manter a temperatura  estável e protege o  operador de  queimaduras) e fusível  impresso (protege as  instalações elétricas  contra picos de energia).  Temperatura máxima de  incubação: 60°C.  Voltagem: 127/220 V -  Comutação Automática  Potência: 10 Watts  Frequência 50/60 Hz  Dimensões: 8,7 x 7,6 cm  (A x D) / Orifício para o  indicador: 10 x 37 mm (D  x P)  Peso Líquido: 240 g  Garantia 12 meses  Declarado <b>Isento</b> de  Registro pelo Ministério  da Saúde.</p>		UND	20		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>							
11	410409	<p>Peça de mão removedor  de cálculo com encaixe  flex e bordem, acoplável a  alta rotação da cadeira  odontológica, com  sistema de refrigeração.  Movimento elíptico da  ponta, eficiente na  remoção de cálculo  dental, cabo anatômico e  baixo peso.  Pressão: 40-60 PSI ou  2,2-4 bars  Consumo de ar: 10-26  l/min  Nível de som: 66 db  Frequência mínima: 5,2  Khz  Peso líquido: 52 g ou 183  oz  Esterilizado em autoclave  a 135°C  Vida Útil: Mínima 250  ciclos  Acompanha 3 pontas (1  Universal, 1 Pério e 1  Sickle) + Chave Extrator  Garantia 12 meses</p>		UND	83		

		Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.					
12	306486	Seladora de bancada com guilhotina acoplada, comprimento de selagem 300 mm, largura da selagem 12 mm, com carenagem de proteção contra acidentes. Suporte de rolo de papel. Resistência blindada; acionamento através de alavanca com trava e controle automático de tempo; sistema que garante o aquecimento uniforme, eficácia na aderência e evita a queimadura do papel; Tensão: 110 V Garantia 12 meses Inmetro.		UND	83		

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

13	413215	Compressor Odontológico isento a óleo 51 litros. Com tratamento interno e externo antioxidante (pintura eletrostática). Reservatório fabricado de acordo com a norma NR 13; Possui aberturas laterais; Componentes internos confeccionados em cerâmica. Pressostato com chave geral liga/desliga; Válvula de segurança para excesso de pressão; Rele térmico (protetor de sobrecarga de pressão), protege os motores contra quedas ou picos de tensão desligando automaticamente em casos de temperatura excessiva; Dois manômetros, um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar; Filtro de ar com drenagem automática; Registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de acesso superior e fácil localização; Ventoinha de refrigeração nos motores; Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório); Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil; Válvula de alívio (solenoide) cuja função é		UND	23		
----	--------	--	--	-----	----	--	--



	<p>a despressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor trabalhe com menos esforço; Rodízios, para transporte, auxiliando no transporte do compressor; Capacidade do reservatório: 51 Litros; Deslocamento teórico: 22,6 pcm/min / 640 L/min; Pressão de operação: Máxima: 120lbf/pol<sup>2</sup> (8,3bar) e Mínima: 80lbf/pol<sup>2</sup> (5,5bar), Número de pistões: 2 x 2-V, Potência do motor: 4,0 HP 2900 W (2 x 2,0 HP 1450 W); Frequência do motor: 60 Hz; Nível de ruído: 66 dB (A)/1m; Pressão de trabalho: 120 psi (0,83 MPa); Consumo de energia: 2,9 KW/hora; Velocidade rotação do motor: 1750 RPM; Número de polos: 4 polos; número de pistões: 4 pistões; Número de motores: 2 motores; Tensão: 220 V, com sapatas amortecedoras e regulador de pressão. Dimensões: C 67 cm, A 71 cm, L 38,8 cm. Peso líquido: 60,5 kg Garantia 12 meses Inmetro.</p>					
--	---	--	--	--	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

	<p>Compressor Odontológico isento a óleo 51 litros. Com tratamento interno e externo antioxidante (pintura eletrostática). Reservatório fabricado de acordo com a norma NR 13; Possui aberturas laterais; Componentes internos confeccionados em cerâmica. Pressostato com chave geral liga/desliga; Válvula de segurança para excesso de pressão; Rele térmico (protetor de sobrecarga de pressão), protege os motores contra quedas ou picos de tensão desligando automaticamente em casos de temperatura excessiva; Dois manômetros, um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar; Filtro de ar com drenagem automática; Registro para drenagem da umidade</p>					
--	--	--	--	--	--	--

14	413215	condensada no reservatório de acesso superior e fácil localização; Ventoinha de refrigeração nos motores; Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório); Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil; Válvula de alívio (solenoide) cuja função é a despressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor trabalhe com menos esforço; Rodízios, para transporte, auxiliando no transporte do compressor; Capacidade do reservatório: 51 Litros; Deslocamento teórico: 22,6 pcm/min / 640 L/min; Pressão de operação: Máxima: 120lbf/pol² (8,3bar) e Mínima: 80lbf/pol² (5,5bar), Número de pistões: 2 x 2-V, Potência do motor: 4,0 HP 2900 W (2 x 2,0 HP 1450 W); Frequência do motor: 60 Hz; Nível de ruído: 66 dB (A)/1m; Pressão de trabalho: 120 psi (0,83 MPa); Consumo de energia: 2,9 KW/hora; Velocidade rotação do motor: 1750 RPM; Número de polos: 4 polos; número de pistões: 4 pistões; Número de motores: 2 motores; Tensão: 220 V, com sapatas amortecedoras e regulador de pressão. Dimensões: C 67 cm, A 71 cm, L 38,8 cm. Peso líquido: 60,5 kg Garantia 12 meses Inmetro.		UND	3		
COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA							
		Compressor Odontológico isento a óleo 120 litros. Com tratamento interno e externo antioxidante (pintura eletrostática). Reservatório fabricado de acordo com a norma NR 13; Com painel de controle com display digital exibindo em tempo real as informações dos motores e do equipamento; Permite habilitar ou desabilitar o funcionamento individual de cada motor, verificar o tempo acumulado de					

15	413212	<p>trabalho dos motores, configurar a pausa na sequência de inicialização entre motores e ajustar as pressões de ar para acionamento e desligamento do compressor; Controle automático de acionamento e religamento de cada motor, reduzindo a alta corrente gerada; Possui aberturas laterais; Componentes internos confeccionados em cerâmica. Pressostato com chave geral liga/desliga; Válvula de segurança para excesso de pressão; Rele térmico (protetor de sobrecarga de pressão), protege os motores contra quedas ou picos de tensão desligando automaticamente em casos de temperatura excessiva; Manômetro para verificar a pressão de saída do ar; Filtro de ar com drenagem automática; Registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de acesso superior e fácil localização; Ventoinha de refrigeração nos motores; Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório); Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil; Válvula de alívio (solenoide) cuja função é a despressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor trabalhe com menos esforço; Rodízios, para transporte, auxiliando no transporte do compressor; Capacidade do reservatório: 120 Litros; Deslocamento teórico: 34,2 pcm/ min / 960 L/min; Pressão de operação: Máxima: 120lbf/pol<sup>2</sup> (8,3bar) e Mínima: 80lbf/pol<sup>2</sup> (5,5bar), Número de pistões: 6 pistões, Potência do motor: 6,0 HP 4350 W (3 x 2,0 HP 1450 W); Frequência do motor: 60 Hz; Nível de ruído: 72 dB (A)/1m; Pressão de trabalho: 120</p>	UND	22		
----	--------	---	-----	----	--	--

		psi (0,83 MPa); Consumo de energia: 4,35 KW/hora; Velocidade rotação do motor: 1750 RPM; Número de polos: 4 polos; número de pistões: 4 pistões; Número de motores: 3 motores; Tensão: 220 V, com sapatas amortecedoras e regulador de pressão. Dimensões: C 118 cm, A 76,5 cm, L 39,8 cm. Peso líquido: 107,0 kg Garantia 12 meses Inmetro.					
--	--	--	--	--	--	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

		Compressor Odontológico isento a óleo 120 litros. Com tratamento interno e externo antioxidante (pintura eletrostática). Reservatório fabricado de acordo com a norma NR 13; Com painel de controle com display digital exibindo em tempo real as informações dos motores e do equipamento; Permite habilitar ou desabilitar o funcionamento individual de cada motor, verificar o tempo acumulado de trabalho dos motores, configurar a pausa na sequência de inicialização entre motores e ajustar as pressões de ar para acionamento e desligamento do compressor; Controle automático de acionamento e religamento de cada motor, reduzindo a alta corrente gerada; Possui aberturas laterais; Componentes internos confeccionados em cerâmica. Pressostato com chave geral liga/desliga; Válvula de segurança para excesso de pressão; Rele térmico (protetor de sobrecarga de pressão), protege os motores contra quedas ou picos de tensão desligando automaticamente em casos de temperatura excessiva; Manômetro para verificar a pressão de saída do ar; Filtro de ar com drenagem automática; Registro para drenagem da umidade condensada no					
--	--	--	--	--	--	--	--

16	413212	reservatório de acesso superior e fácil localização; Ventoinha de refrigeração nos motores; Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório); Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil; Válvula de alívio (solenoide) cuja função é a despressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor trabalhe com menos esforço; Rodízios, para transporte, auxiliando no transporte do compressor; Capacidade do reservatório: 120 Litros; Deslocamento teórico: 34,2 pcm/ min / 960 L/min; Pressão de operação: Máxima: 120lbf/pol <sup>2</sup> (8,3bar) e Mínima: 80lbf/pol <sup>2</sup> (5,5bar), Número de pistões: 6 pistões, Potência do motor: 6,0 HP 4350 W (3 x 2,0 HP 1450 W); Frequência do motor: 60 Hz; Nível de ruído: 72 dB (A)/1m; Pressão de trabalho: 120 psi (0,83 MPa); Consumo de energia: 4,35 KW/hora; Velocidade rotação do motor: 1750 RPM; Número de polos: 4 polos; número de pistões: 4 pistões; Número de motores: 3 motores; Tensão: 220 V, com sapatas amortecedoras e regulador de pressão. Dimensões: C 118 cm, A 76,5 cm, L 39,8 cm. Peso líquido: 107,0 kg Garantia 12 meses Inmetro.		UND	4		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>							
17	430879	Ponteira de fibra ótica para fotopolimerizador Emitter G Schuster, diâmetro 9 mm (lado que encaixa no aparelho), extensão do encaixe no aparelho com 17 mm, extensão total da base: 26 mm. Diâmetro da ponta 8 mm.		UND	83		
<b>PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
		Autoclave hospitalar com capacidade 100 litros, câmara externa em aço inox 304 ou 304L, com isolamento térmico por					

		camadas de lã cerâmica e revestimento de tecido de poliéster antichama; câmara interna horizontal cilíndrica de aço 304 ou 304L; Chave liga e desliga; Botão de emergência; Manovacuômetro (Câmara interna) e Manômetro (Câmara externa); Impressora de Impacto Matricial; Tela (IHM); Dispositivos de segurança: Disjuntores, Chave de porta, trava de porta, sistema de alarme, válvula de segurança, sistema eletrônico de cruzamento de dados de temperatura X pressão, proteção contra esmagamento, sistema de impressão de dados, fusíveis, pressostato; Possui 23 programas de esterilização, sendo 15 pré-programados e 8 programáveis Porta:1 ou 2 portas automáticas, com fechamento e travamento por deslizamento vertical, equipada com sistema de segurança antiesmagamento e trava de segurança; Gerador de vapor: acoplado à câmara externa com conexões tri-clamps, fabricado em aço inox 304 ou 304L, com resistências em aço inox e potência de 12 kW. É abastecido automaticamente por meio de bomba de água, com sistema de segurança de nível de água e controle de nível alto/baixo, para controle da energia elétrica nas resistências; Bomba de água: autoescorvante, com potência de 1/2 HP, em aço inox e polímero de engenharia, protegida por válvula de via única; Bomba de vácuo: anel líquido, com potência de 1,5 HP, para processar as operações de pré-vácuo e secagem; Estrutura: modular em aço-carbono, com canaletas para organização de cabos e mangueiras, e pintura				
18	425500		UND	3		

		<p>eletrostática com propriedades antimicrobianas;</p> <p>Gabinetes externos em aço inox com acabamento escovado, facilitando a instalação e manutenção;</p> <p>Acessórios: Cesto interno em aço inox 304 ou 304L com rodízios, dimensões 30x30x60 cm;</p> <p>Rack interno com prateleira em aço inox 304 ou 304L com rodízios, dimensões 30x28x60 cm;</p> <p>Dimensões da câmara (LxAxP) 40x40x63 cm;</p> <p>Tensão: 220 ou 380 V (trifásico);</p> <p>Consumo elétrico médio: 5 kW/h</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p> <p>Garantia 12 meses.</p>					
<b>COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
19	479193	<p>Autoclave de bancada 54 a 65 litros, Tampa e câmara horizontal em aço inoxidável AISI 304, Abertura e travamento da porta motorizados, Abastecimento automático dos reservatórios externos de água destilada. Com 9 programas de esterilização.</p> <p>Etapas de Pré-Vácuo: Sequência de 3 pulsos de vácuo (-0,75 kgf), eliminando mais de 99% do ar das cargas embaladas nos ciclos pré-programados, com 4 injeções de vapor;</p> <p>Display Digital de LCD de Fácil Leitura: Exibe data, hora, programas de esterilização, mensagens de funcionamento, alertas, falhas, manutenção e informações adicionais;</p> <p>27 Sistemas de Segurança: 5 mecânicos, 5 elétricos, 8 de software e 9 eletrônicos;</p> <p>Potência: 3.800 watts</p> <p>Frequência: 50/60 Hz</p> <p>Vtagem: 220 V</p> <p>Dimensões (C x L x A): 80.00 cm x 54.00 cm x 60.80 cm</p> <p>Dimensões das bandejas: 28 x 2,5 x 47 cm (L x A x P)</p>		UND	29		

		Garantia 12 meses Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. Garantia 12 meses.					
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
20	479193	Autoclave de bancada 54 a 65 litros, Tampa e câmara horizontal em aço inoxidável AISI 304, Abertura e travamento da porta motorizados, Abastecimento automático dos reservatórios externos de água destilada. Com 9 programas de esterilização. Etapa de Pré-Vácuo: Sequência de 3 pulsos de vácuo (-0,75 kgf), eliminando mais de 99% do ar das cargas embaladas nos ciclos pré-programados, com 4 injeções de vapor; Display Digital de LCD de Fácil Leitura: Exibe data, hora, programas de esterilização, mensagens de funcionamento, alertas, falhas, manutenção e informações adicionais; 27 Sistemas de Segurança: 5 mecânicos, 5 elétricos, 8 de software e 9 eletrônicos; Potência: 3.800 watts; Frequência: 50/60 Hz; Voltagem: 220 V; Dimensões (C x L x A): 80.00 cm x 54.00 cm x 60.80 cm; Dimensões das bandejas: 28 x 2,5 x 47 cm (L x A x P); Garantia 12 meses; Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.		UND	1		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
21	244348	Destilador de Água - reservatório de com capacidade de 3,8 a 5 L. Abastecimento manual. 110 volts, Produção 6 a 8 litros/hora. Caldeira Resistente a corrosão, em aço inox, sem necessidade de instalação hidráulica, com filtro de carbono para substituição, de mesa e com Desligamento automático. Garantia 12 meses <b>Registro na Agência Nacional de Vigilância</b>		UND	56		



**Sanitária (ANVISA)** e /ou Ministério da Saúde.

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

22

407016

Peça de Mão Odontológica tipo Kit de Baixa Rotação, composto de 01 micromotor e 01 contra ângulo, da mesma marca. Contra Ângulo: Confeccionado em alumínio com tratamento anodizado e linhas arredondadas, formato anatômico, antiderrapante, baixo nível de ruído e vibração, autoclavável até 135°C, rotação mínima de 5.000 e máxima de 40.000 RPM, acoplamento que permita giro de 360° para o contra ângulo; eixos montados com 6 rolamentos, angulação da cabeça do contra ângulo ergonômica ao uso pelo odontólogo, contra-ângulo com sistema intra giratório, torque de 0,350 a 1.000N.cm. Redução 1:1. Autoclavável até 135°C. Sistema de pinça mecânica tipo Latch Type (LT) para troca de brocas, com cabeça pequena (CxL – 13,6 x 7,6mm) o que facilita o acesso a todos os quadrantes da região bucal. Haste tipo 1 com diâmetro entre 2,334mm e 2,35mm; Peso:41,5g. Garantia 12 meses.

Micromotor: Confeccionado em alumínio com tratamento anodizado, ranhuras antiderrapantes; conexão borden e conexão tipo Intra com rotação de 5.000 RPM/min a 20.000 RPM/min; Possui anel regulador de rotação ajustável e inversão de sentido permitindo maior versatilidade durante a realização dos procedimentos; pressão de ar 60 a 80 libras (psi); Consumo de ar 65 l/m, alto torque; baixo ruído de trabalho; Tratamento eletroquímico, autoclavável até 135°C. Peso:88g; Altura: 93mm; Dimensões: Diâmetro Ø = 21mm; Garantia 12 meses

**Registro na Agência Nacional de Vigilância**

KIT

498

**Sanitária (ANVISA)** e  
/ou Ministério da Saúde.

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

23

407016

Peça de Mão Odontológica tipo Kit de Baixa Rotação, composto de 01 micromotor e 01 contra ângulo, da mesma marca. Contra Ângulo: Confeccionado em alumínio com tratamento anodizado e linhas arredondadas, formato anatômico, antiderrapante, baixo nível de ruído e vibração, autoclavável até 135°C, rotação mínima de 5.000 e máxima de 40.000 RPM, acoplamento que permita giro de 360° para o contra ângulo; eixos montados com 6 rolamentos, angulação da cabeça do contra ângulo ergonômica ao uso pelo odontólogo, contra-ângulo com sistema intra giratório, torque de 0,350 a 1.000N.cm. Redução 1:1. Autoclavável até 135°C. Sistema de pinça mecânica tipo Latch Type (LT) para troca de brocas, com cabeça pequena (CxL – 13,6 x 7,6mm) o que facilita o acesso a todos os quadrantes da região bucal. Haste tipo 1 com diâmetro entre 2,334mm e 2,35mm; Peso:41,5g. Garantia 12 meses. Micromotor: Confeccionado em alumínio com tratamento anodizado, ranhuras antiderrapantes; conexão borden e conexão tipo Intra com rotação de 5.000 RPM/min a 20.000 RPM/min; Possui anel regulador de rotação ajustável e inversão de sentido permitindo maior versatilidade durante a realização dos procedimentos; pressão de ar 60 a 80 libras (psi); Consumo de ar 65 l/m, alto torque; baixo ruído de trabalho; Tratamento eletroquímico, autoclavável até 135°C. Peso:88g; Altura: 93mm; Dimensões: Diâmetro Ø = 21mm; Garantia 12 meses  
**Registro na Agência Nacional de Vigilância**

KIT

43

		<b>Sanitária (ANVISA) e</b> /ou Ministério da Saúde.					
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
24	437845	<p>Aparelho de ultrassom com sistema pizoelétrico ativado por pastilhas cerâmicas, não utiliza bomba eletrostática; sem jato de bicarbonato acoplado, aparelho compacto e portátil, com reservatório de garrafa plástica; com frequência 28000 Hz; sistema de transdutor; tensão de Alimentação 110V – 50/60 Hz 1.2 A; potência de saída 3 a 20 W; pressão de entrada do líquido 1,45 a 72 PSI; Inserto 5 unidades; peso líquido até 950 g e peso bruto até 1.200 g; o produto deverá obedecer à legislação atual vigente. Garantia de assistência técnica, no município de Porto Velho por 01 (um) ano; Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e</b> /ou Ministério da Saúde.</p>		UND	57		
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
25	437845	<p>Aparelho de ultrassom com sistema pizoelétrico ativado por pastilhas cerâmicas, não utiliza bomba eletrostática; sem jato de bicarbonato acoplado, aparelho compacto e portátil, com reservatório de garrafa plástica; com frequência 28000 Hz; sistema de transdutor; tensão de Alimentação 110V – 50/60 Hz 1.2 A; potência de saída 3 a 20 W; pressão de entrada do líquido 1,45 a 72 PSI; Inserto 5 unidades; peso líquido até 950 g e peso bruto até 1.200 g; o produto deverá obedecer à legislação atual vigente. Garantia de assistência técnica, no município de Porto Velho por 01 (um) ano; Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e</b> /ou Ministério da Saúde.</p>		UND	18		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
		Localizador Apical: Localizador Foraminal: Preciso e compacto; utiliza o método da					

26	450465	<p>impedância, frequência dependente para medir o comprimento do canal; estabilidade da leitura (5 segundos na mesma posição) Canais secos ou úmidos; tela LCD colorida 3,5 polegadas; alarme sonoro; multifrequência; bateria de íon-lítio de longa duração;</p> <p>Acompanha 01 cabo do localizador; 02 conector labial; 02 clipe da lima; 01 calibrador e 01 carregador, Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</b></p>	UND	12		
----	--------	---	-----	----	--	--

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

27	441973	<p>Contra Ângulo Oscilatório: Motor Endodôntico, motor Rotatório e Reciprocante (esquerda e direita) composto por 01 contra ângulo, 01 corpo do endomotor; sem fio; leve; portátil; Torque (0,5 a 4 N), velocidade de 120 a 1000 RPM; 9 memórias programáveis, auto reverse, auto stop, compatível com todos os sistemas de limas; mini contra ângulo push-button 1:1 equipado com um eixo de 2,35 mm em conformidade com a norma ISO 1797 - 1:2011, tipo 1; bateria de íon-lítio de longa duração 1.500 mAh, display com exibição ambidestra, a tela pode ser girada de acordo com o uso mão (esquerda ou direita); 01 cabo de dados para conexão ao localizador apical; 01 base; 01 bico de pulverização para lubrificação; 01 manga de isolamento; 01 carregador bivolt (110/220 V); 01 manual; Dimensões: 14,5 x 2,5 x 2,5 cm; Peso aproximado: 800 g; frequência: 50/60 Hz. autoclavável até 135°C.</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância</b></p>	UND	9		
----	--------	--	-----	---	--	--

		<b>Sanitária (ANVISA) e</b> /ou Ministério da Saúde.					
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
28	441973	<p>Contra Ângulo Oscilatório: Motor Endodôntico, motor Rotatório e Reciprocante (esquerda e direita) composto por 01 contra ângulo, 01 corpo do endomotor; sem fio; leve; portátil; Torque (0,5 a 4 N), velocidade de 120 a 1000 RPM; 9 memórias programáveis, auto reverse, auto stop, compatível com todos os sistemas de limas; mini contra ângulo push-button 1:1 equipado com um eixo de 2,35 mm em conformidade com a norma ISO 1797 - 1:2011, tipo 1; bateria de íon-lítio de longa duração 1.500 mAh, display com exibição ambidestra, a tela pode ser girada de acordo com o uso mão (esquerda ou direita); 01 cabo de dados para conexão ao localizador apical; 01 base; 01 bico de pulverização para lubrificação; 01 manga de isolamento; 01 carregador bivolts (110/220 V); 01 manual; Dimensões: 14,5 x 2,5 x 2,5 cm; Peso aproximado: 800 g; frequência: 50/60 Hz. autoclavável até 135°C.</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e</b> /ou Ministério da Saúde.</p>		UND	3		
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
		<p>Caneta alta rotação: Caneta de alta rotação odontológica, compacta e ergonômica, corpo em alumínio anodizado proporcionando assim maior durabilidade; com torque normal 0,008N.m e jato triplo, formato ergonômico com ranhuras antiderrapantes.</p> <p>Rolamento de cerâmica e turbinas micro balanceadas que eliminam as vibrações. Sistema de rolamentos apoiados em anéis de borracha. Rotação mínima 380.000 RPM e</p>					

29	437552	<p>Rotação máxima 450.000 RPM, pressão de entrada do ar comprimido: 275,8 KPa = 2,7579 bar = 40 / 2 PSI, consumo de ar: 40 / 2 l/min, esterilizável a 135 graus C, conexão borden ISO 9168. Peso:43g kg. Diâmetro:14,2mm/ Altura: 122mm; Haste tipo 3 com diâmetro entre 1,59mm e 1,60mm; Pinça push button autoclavável até 135°C. Garantia 12 meses; Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p>		UND	610		
----	--------	---	--	-----	-----	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

30	437552	<p>Caneta alta rotação: Caneta de alta rotação odontológica, compacta e ergonômica, corpo em alumínio anodizado proporcionando assim maior durabilidade; com torque normal 0,008N.m e jato triplo, formato ergonômico com ranhuras antiderrapantes. Rolamento de cerâmica e turbinas micro balanceadas que eliminam as vibrações. Sistema de rolamentos apoiados em anéis de borracha. Rotação mínima 380.000 RPM e Rotação máxima 450.000 RPM, pressão de entrada do ar comprimido: 275,8 KPa = 2,7579 bar = 40 / 2 PSI, consumo de ar: 40 / 2 l/min, esterilizável a 135 graus C, conexão borden ISO 9168. Peso:43g kg. Diâmetro:14,2mm/ Altura: 122mm; Haste tipo 3 com diâmetro entre 1,59mm e 1,60mm; Pinça push button autoclavável até 135°C. Garantia 12 meses; Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p>		UND	30		
----	--------	--	--	-----	----	--	--

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

		<p>Cadeira Odontológica com mocho: Consultório odontológico completo, com instalação: conjunto odontológico de acordo com as normas Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT),</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e registros no Ministério da Saúde; certificado de conformidade com as normas ABNT/CB 26. Embalagem em caixas separadas c/proteção e identificação externa; 110 V; garantia de assistência técnica, no município de Porto Velho por 12 (doze) meses, manual de operação, manutenção; A instalação dos equipamentos ficará a cargo da contratada; Itens do consultório odontológico completo: A-Cadeira odontológica: Estrutura em aço maciço, tratamento anticorrosivo e revestida em poliestireno alto impacto, base com debrum antiderrapante. Com opções de comando eletrônico de subida, descida e volta zero feito através de comando de pé incorporado a base da cadeira para operação pelo odontólogo e auxiliar, que permitam movimentos sincronizados de encosto e assento. Braço escamoteável ou com abertura lateral para entrada e saída do paciente, revestido de poliuretano rígido. Estofamento anatômico com apoio lombar, espuma injetada D28, revestimento em poliuretano, lavável, sem costura, Superfícies metálicas fosfatizadas e revestidas com pintura lisa, resistente a desinfecção; Que possua acionamento elétrico com circuito de baixa tensão e fusível de proteção para todo o sistema. Tendo no mínimo, comandos elétricos de posição sobe e desce a cadeira, sobe e desce o encosto, volta a zero, podendo haver mais posições de comando. Peso bruto igual ou superior a 150 quilogramas. Caixa de comando para entrada de água e saída de esgoto acoplada à cadeira; B-Unidade auxiliar: Instalada

31	407820	<p>ergonomicamente ao lado da cadeira, acoplada à mesma. Com dois (02) Sugadores para saliva e sangue, sendo 01 para bomba a vácuo, acionados por ar comprimido tipo venturi com filtros de retenção de detritos sólidos e mangueiras com registro. Bacia removível em cerâmica esmaltada na cor do estofado da cadeira com ralo separador de detritos sólidos, Acionador da água da cuspidreira no pedal com temporizador, proporcionando economia de água; C-Refletor odontológico: Refletor acoplado à cadeira odontológica sem sombra possuindo um campo de trabalho aproximado de 10 cm x 20 cm e possuindo intensidade de luz entre 20.000 lux e 25.000 lux, com lâmpada halógena de 12 v/20 w dotado de cabeçote com angulação e movimentos em todas as direções, espelho multifacetado, que produza luz branca fria, atuando a uma distância entre 60 e 90 cm.; D- Equipo odontológico: Unidade principal tipo "cart" com rodízios. Composto de mesa de trabalho sobre o equipo e mangueiras de conexão para as pontas, com painel de comando no sistema touch protegido por membrana de proteção de fácil higienização e desinfecção. Que possua válvula antirefluxo ou um sistema de desinfecção para o sistema interno de condutos. Que possua no mínimo 4 (Quatro) saídas de pontas no equipo sendo 1 seringa tríplice, 2 canetas de alta rotação, 1 caneta de baixa rotação; reservatório transparente para água fixo externamente com 750 ml aproximadamente com sistema de assepsia interna dos condutos de água e ar; seringa tríplice com bico curvo giratório destacável, esterilizável; sistema de condução e acionamento de água e ar separados, com jato</p>	UND	35		
----	--------	---	-----	----	--	--



		<p>definido, formação de spray no acionamento simultâneo. Mocho odontológico com instalação, elevação a gás:- composto por: encosto, assento, alavanca de regulação de altura do assento, base, rodízios, alavanca independente de regulação de inclinação do encosto, base em alumínio com 05 rodízios em PU - estofamento em espuma injetada resistente, com revestimento em PVC expandido, sem costura, antideformante e com cantos arredondados;- cor do estofamento: A definir pela divisão - assento com formato retangular, estofamento em espuma, densidade 33, com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, para permitir circulação sanguínea natural;- regulável com altura entre 400 e 540 mm;- sistema de elevação do assento a gás através de alavanca lateral;- encosto anatômico tipo concha com ajustes na vertical, horizontal e inclinação através de manipulador; regulação vertical do encosto manual através de sistema catraca e regulação horizontal por alavanca com inclinação do encosto; - capacidade de carga a partir de 135 kg - Garantia 12 meses</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. Garantia 12 meses.</b></p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

		<p>Cadeira Odontológica com mocho: Consultório odontológico completo, com instalação: conjunto odontológico de acordo com as normas Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e registros no Ministério da Saúde; certificado de conformidade com as normas ABNT/CB 26.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

Embalagem em caixas separadas c/proteção e identificação externa; 110 V; garantia de assistência técnica, no município de Porto Velho por 12 (doze) meses, manual de operação, manutenção; A instalação dos equipamentos ficará a cargo da contratada; Itens do consultório odontológico completo: A-Cadeira odontológica: Estrutura em aço maciço, tratamento anticorrosivo e revestida em poliestireno alto impacto, base com debrum antiderrapante. Com opções de comando eletrônico de subida, descida e volta zero feito através de comando de pé incorporado a base da cadeira para operação pelo odontólogo e auxiliar, que permitam movimentos sincronizados de encosto e assento. Braço escamoteável ou com abertura lateral para entrada e saída do paciente, revestido de poliuretano rígido. Estofamento anatômico com apoio lombar, espuma injetada D28, revestimento em poliuretano, lavável, sem costura, Superfícies metálicas fosfatizadas e revestidas com pintura lisa, resistente a desinfecção; Que possua acionamento elétrico com circuito de baixa tensão e fusível de proteção para todo o sistema. Tendo no mínimo, comandos elétricos de posição sobe e desce a cadeira, sobe e desce o encosto, volta a zero, podendo haver mais posições de comando. Peso bruto igual ou superior a 150 quilogramas. Caixa de comando para entrada de água e saída de esgoto acoplada à cadeira; B-Unidade auxiliar: Instalada ergonomicamente ao lado da cadeira, acoplada à mesma. Com dois (02) Sugadores para saliva e sangue, sendo 01 para bomba a vácuo, acionados por ar comprimido tipo

32	407820	<p>venturi com filtros de retenção de detritos sólidos e mangueiras com registro. Bacia removível em cerâmica esmaltada na cor do estofado da cadeira com ralo separador de detritos sólidos, Acionador da água da cuspeira no pedal com temporizador, proporcionando economia de água; C-Reflator odontológico: Refletor acoplado à cadeira odontológica sem sombra possuindo um campo de trabalho aproximado de 10 cm x 20 cm e possuindo intensidade de luz entre 20.000 lux e 25.000 lux, com lâmpada halógena de 12 v/20 w dotado de cabeçote com angulação e movimentos em todas as direções, espelho multifacetado, que produza luz branca fria, atuando a uma distância entre 60 e 90 cm.; D- Equipo odontológico: Unidade principal tipo "cart" com rodízios. Composto de mesa de trabalho sobre o equipo e mangueiras de conexão para as pontas, com painel de comando no sistema touch protegido por membrana de proteção de fácil higienização e desinfecção. Que possua válvula antirefluxo ou um sistema de desinfecção para o sistema interno de condutos. Que possua no mínimo 4 (Quatro) saídas de pontas no equipo sendo 1 seringa tríplex, 2 canetas de alta rotação, 1 caneta de baixa rotação; reservatório transparente para água fixo externamente com 750 ml aproximadamente com sistema de assepsia interna dos condutos de água e ar; seringa tríplex com bico curvo giratório destacável, esterilizável; sistema de condução e acionamento de água e ar separados, com jato definido, formação de spray no acionamento simultâneo. Mocho odontológico com instalação, elevação a gás:- composto por: encosto, assento,</p>	UND	2				
----	--------	---	-----	---	--	--	--	--

	<p>alavanca de regulagem de altura do assento, base, rodízios, alavanca independente de regulagem de inclinação do encosto, base em alumínio com 05 rodízios em PU - estofamento em espuma injetada resistente, com revestimento em PVC expandido, sem costura, antideformante e com cantos arredondados;- cor do estofamento: A definir pela divisão - assento com formato retangular, estofamento em espuma, densidade 33, com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, para permitir circulação sanguínea natural;- regulável com altura entre 400 e 540 mm;- sistema de elevação do assento a gás através de alavanca lateral;- encosto anatômico tipo concha com ajustes na vertical, horizontal e inclinação através de manipulo; regulagem vertical do encosto manual através de sistema catraca e regulagem horizontal por alavanca com inclinação do encosto; - capacidade de carga a partir de 135 kg -</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p> <p>Garantia 12 meses.</p>					
--	--	--	--	--	--	--

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

	<p>Mocho odontológico com instalação, elevação a gás;- composto por: encosto, assento, alavanca de regulagem de altura do assento, base, rodízios, alavanca independente de regulagem de inclinação do encosto, base em alumínio com 05 rodízios em PU - estofamento em espuma injetada resistente, com revestimento em PVC expandido, sem costura, antideformante e com cantos arredondados;- cor do estofamento: A definir pela divisão - assento com formato retangular, estofamento em espuma, densidade 33, com</p>					
--	--	--	--	--	--	--

33	407919	elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, para permitir circulação sanguínea natural;- regulável com altura entre 400 e 540 mm;- sistema de elevação do assento a gás através de alavanca lateral;- encosto anatômico tipo concha com ajustes na vertical, horizontal e inclinação através de manipulador; regulagem vertical do encosto manual através de sistema catraca e regulagem horizontal por alavanca com inclinação do encosto; - capacidade de carga a partir de 135 kg - Garantia 12 meses Declarado <b>Isento</b> de Registro pelo Ministério da Saúde.		UND	68		
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
34	407919	Mocho odontológico com instalação, elevação a gás;- composto por: encosto, assento, alavanca de regulagem de altura do assento, base, rodízios, alavanca independente de regulagem de inclinação do encosto, base em alumínio com 05 rodízios em PU - estofamento em espuma injetada resistente, com revestimento em PVC expandido, sem costura, antideformante e com cantos arredondados;- cor do estofamento: A definir pela divisão - assento com formato retangular, estofamento em espuma, densidade 33, com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, para permitir circulação sanguínea natural;- regulável com altura entre 400 e 540 mm;- sistema de elevação do assento a gás através de alavanca lateral;- encosto anatômico tipo concha com ajustes na vertical, horizontal e inclinação através de manipulador; regulagem vertical do encosto manual através de sistema catraca e regulagem horizontal por alavanca com inclinação do encosto; - capacidade		UND	22		

		de carga a partir de 135 kg - Garantia 12 meses Declarado <b>Isento</b> de Registro pelo Ministério da Saúde.					
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
35	441901	<p>Raio-X Portátil Odontológico - Com possibilidade de manuseio com apenas uma mão; Possui 5 botões, para selecionar o tempo de exposição do Raio-X, o dente ou o menu e outras opções pelos botões direcionais cima, baixo, esquerda e direita; Ângulo alvo: 12,5°; Com potência de 70 kV (Tensão da ampola); Potência na saída máxima: 140VA; Ponto focal: 0,4 mm; Potência na saída máxima: 140VA; Radiação de fuga: 0,242 mGy/h @ 70 kv - 2,0 mA; Tensão nominal: 28 V - 1,42 A; Filtração inerente:1,0 mm Al à 70 kV; Filtração total:2,2 mm Al à 70 kV; Natureza da radiação: Ondulatória; Ciclo de trabalho: A partir de 1:30; Tempo de Varredura/exposição (segundos):0,05 a 1,6; Bateria de alta capacidade, capaz de durar o dia todo sem a necessidade de recarga, Li-Pol 22,2 V dc e 1.000 mAh; Defina e verifique o tempo de exposição através da Tela LCD; Eixo de referência: Centralizado ao cone de posicionamento; Itens inclusos: Possui Alça de Mão, que permite uma captura estável evitando tremores; Bateria 1000mAh; Carregador 28 V - 1,42A; Disparador Remoto; Tipo de carregador: Adaptador AC/DC com Entrada 100/240 Vca 1,0 a 0,5A e Saída 28 Vcc 1,42 A; Garantia 02 anos; Peso 1,5 kg Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. .</p>	UND	5			
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
		Raio-X Portátil Odontológico - Com					

36	441901	<p>possibilidade de manuseio com apenas uma mão; Possui 5 botões, para selecionar o tempo de exposição do Raio-X, o dente ou o menu e outras opções pelos botões direcionais cima, baixo, esquerda e direita; Ângulo alvo: 12,5°; Com potência de 70 kV (Tensão da ampola); Potência na saída máxima: 140VA; Ponto focal: 0,4 mm; Potência na saída máxima: 140VA; Radiação de fuga: 0,242 mGy/h @ 70 kv – 2,0 mA; Tensão nominal: 28 V – 1,42 A; Filtração inerente:1,0 mm Al à 70 kV; Filtração total:2,2 mm Al à 70 kV; Natureza da radiação: Ondulatória; Ciclo de trabalho: A partir de 1:30; Tempo de Varredura/exposição (segundos):0,05 a 1,6; Bateria de alta capacidade, capaz de durar o dia todo sem a necessidade de recarga, Li-Pol 22,2 V dc e 1.000 mAh; Defina e verifique o tempo de exposição através da Tela LCD; Eixo de referência: Centralizado ao cone de posicionamento; Itens inclusos: Possui Alça de Mão, que permite uma captura estável evitando tremores; Bateria 1000mAh; Carregador 28 V – 1,42A; Disparador Remoto; Tipo de carregador: Adaptador AC/DC com Entrada 100/240 Vca 1,0 a 0,5A e Saída 28 Vcc 1,42 A; Garantia 02 anos; Peso 1,5 kg Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p>	UND	1		
<b>COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
		<p>Sensor Intra Oral Digital <b>Infantil</b> - com tecnologia Avançada de Chip CMOS que evita a saturação mesmo em caso de sobre-exposição com Software Completo de Gerenciamento de Exames, oferece recursos para edição de imagens, incluindo filtros, ajustes de brilho, contraste, rotação, zoom, medições</p>				

37	426489	<p>e montagem automática de relatórios; Resolução (pixels): 1920 x 1440 (2,7 Mega Pixels); Resolução máxima: 27 pl/mm; Área sensível: 972 mm<sup>2</sup>; Tamanho do pixel: 18,75 µm; Compatível a qualquer Raio-X odontológico e ecologicamente correto; Configuração mínima do computador para rodar o software; Processador Celeron N4120 ou superior; 8G de Memória RAM; Monitor SVGA com resolução 1024 x 768 ou superior; Porta USB 2.0 ou superior; Sistema Operacional: Windows 7 ou superior (não compatível com computadores Apple). Tamanho infantil: 2 cm x 3 cm Cabo: 3 metros Peso: máximo 0,900 kg Garantia: 24 meses Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p>	UND	18		
----	--------	---	-----	----	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

38	426489	<p>Sensor Intra Oral Digital <b>Infantil</b> - com tecnologia Avançada de Chip CMOS que evita a saturação mesmo em caso de sobre-exposição com Software Completo de Gerenciamento de Exames, oferece recursos para edição de imagens, incluindo filtros, ajustes de brilho, contraste, rotação, zoom, medições e montagem automática de relatórios; Resolução (pixels): 1920 x 1440 (2,7 Mega Pixels); Resolução máxima: 27 pl/mm; Área sensível: 972 mm<sup>2</sup>; Tamanho do pixel: 18,75 µm; Compatível a qualquer Raio-X odontológico e ecologicamente correto; Configuração mínima do computador para rodar o software; Processador Celeron N4120 ou superior; 8G de Memória RAM; Monitor SVGA com resolução 1024 x 768 ou superior; Porta USB 2.0 ou superior; Sistema Operacional: Windows 7 ou superior (não</p>	UND	6		
----	--------	--	-----	---	--	--



		compatível com computadores Apple). Tamanho infantil: 2 cm x 3 cm Cabo: 3 metros Peso: máximo 0,900 kg Garantia: 24 meses Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.					
<b>COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>							
39	426489	Sensor Intra Oral Digital <b>Adulto</b> - com tecnologia Avançada de Chip CMOS que evita a saturação mesmo em caso de sobre-exposição com Software Completo de Gerenciamento de Exames, oferece recursos para edição de imagens, incluindo filtros, ajustes de brilho, contraste, rotação, zoom, medições e montagem automática de relatórios; Resolução (pixels): 1920 x 1440 (2,7 Mega Pixels); Resolução máxima: 27 pl/mm; Área sensível: 972mm²; Tamanho do pixel: 18,75µm; Compatível a qualquer Raio-X odontológico e ecologicamente correto; Configuração mínima do computador para rodar o software; Processador Celeron N4120 ou superior; 8G de Memória RAM; Monitor SVGA com resolução 1024 x 768 ou superior; Porta USB 2.0 ou superior; Sistema Operacional: Windows 7 ou superior (não compatível com computadores Apple). Tamanho Adulto: 3 cm x 4 cm Cabo: 3 metros Peso: máximo 0,900 kg Garantia: 24 meses Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.		UND	18		
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>							
		Sensor Intra Oral Digital <b>Adulto</b> - com tecnologia Avançada de Chip CMOS que evita a saturação mesmo em caso de sobre-exposição com Software Completo de Gerenciamento de Exames, oferece recursos para edição de imagens, incluindo filtros, ajustes					

40	426489	de brilho, contraste, rotação, zoom, medições e montagem automática de relatórios; Resolução (pixels): 1920 x 1440 (2,7 Mega Pixels); Resolução máxima: 27 pl/mm; Área sensível: 972mm <sup>2</sup> ; Tamanho do pixel: 18,75µm; Compatível a qualquer Raio-X odontológico e ecologicamente correto; Configuração mínima do computador para rodar o software; Processador Celeron N4120 ou superior; 8G de Memória RAM; Monitor SVGA com resolução 1024 x 768 ou superior; Porta USB 2.0 ou superior; Sistema Operacional: Windows 7 ou superior (não compatível com computadores Apple). Tamanho Adulto: 3 cm x 4 cm Cabo: 3 metros Peso: máximo 0,900 kg Garantia: 24 meses Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.		UND	6		
----	--------	--	--	-----	---	--	--

**COTA PRINCIPAL - PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

41	268993	Aparelho de Raios-X Odontológico – Raio-X de coluna móvel para radiografia dentária intraoral, 127 V, frequência de rede de alimentação: 50/60 Hz, Flutuação admissível: +/- 4%, consumo de potência: 1,33 KVA, potência em standby: 15 VA, potência da entrada 1200 VA, tensão da ampola 70KV, corrente da ampola 7,0 mA, apresenta tecnologia green com 95% menos chumbo, controle digital centesimal de tempo com cabo removível, tempo de exposição 60 ms a 3,2 s, seletor em painel lexan de alto-relevo, todas funções comandadas pelo controle digital conectado a um cabo espiralado de 5 metros, braços articulados horizontalmente e verticalmente, rotação de 300° do cabeçote, coluna, braços e base construídos em aço com cantos arredondados, pintura na cor gelo com tratamento anticorrosivo, base		UND	27		
----	--------	---	--	-----	----	--	--

		<p>pendular estável, com rodízios e freios, comprimento do cilindro 200 mm, colimador retangular 30 x 40 mm, dimensão do foco do tubo: 0,8 x 0,8 mm, filtro equivalente em alumínio: 1,5 mm, fator de resfriamento: 1:30 s, peso bruto: 64,5 kg.</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p> <p>Garantia 12 meses.</p>					
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
42	268993	<p>Aparelho de Raios-X Odontológico – Raio-X de coluna móvel para radiografia dentária intraoral, 127 V, frequência de rede de alimentação: 50/60 Hz, Flutuação admissível: +/- 4%, consumo de potência: 1,33 KVA, potência em standby: 15 VA, potência da entrada 1200 VA, tensão da ampola 70KV, corrente da ampola 7,0 mA, apresenta tecnologia green com 95% menos chumbo, controle digital centesimal de tempo com cabo removível, tempo de exposição 60 ms a 3,2 s, seletor em painel lexan de alto-relevo, todas funções comandadas pelo controle digital conectado a um cabo espiralado de 5 metros, braços articulados horizontalmente e verticalmente, rotação de 300° do cabeçote, coluna, braços e base construídos em aço com cantos arredondados, pintura na cor gelo com tratamento anticorrosivo, base pendular estável, com rodízios e freios, comprimento do cilindro 200 mm, colimador retangular 30 x 40 mm, dimensão do foco do tubo: 0,8 x 0,8 mm, filtro equivalente em alumínio: 1,5 mm, fator de resfriamento: 1:30 s, peso bruto: 64,5 kg.</p> <p>Garantia 12 meses</p> <p>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde.</p> <p>Garantia 12 meses.</p>		UND	3		

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**Suporte de parede para  
avental de chumbo

43	439846	odontológico – Produzido em aço carbono e pintura eletrostática a pó na cor branca, resistente e com ótimo acabamento. Evita dobras no avental. Acompanha Kit de Buchas e parafusos e manual de instalação em português. Tamanho: Comprimento do tubo: 65 cm, diâmetro do tubo: 76 mm, suporta peso 50 kg. <b>Inmetro.</b>		UND	75		
----	--------	---	--	-----	----	--	--

**COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA  
CONCORRÊNCIA**

44		Mesa auxiliar – gaveteiro odontológico móvel, com 06 gavetas, sendo 01 gaveta de 6 cm e 05 gavetas de 12 cm ambas com bojo em ABS. Dimensões externas: Largura 50 cm, Altura tampo: 80 cm e Profundidade: 50 cm. Matéria Prima: Estrutura em MDF com revestimento em melamínico. Gavetas: Gavetas plásticas em poliestireno moldadas em vacuum-forming sem cantos vivos. Frentes: Frentes retas em MDF 18 mm melamínico revestido interna e externamente. Tampos e Frontões: MDF revestido em fórmica texturizada. Tampo: confeccionado em MDF 15 mm com 02 placas, totalizando espessura de 30 mm com acabamento Post-forming. Corrediças telescópicas com pintura epóxi branca com rodízios com stop e deslize suave e Dobradiças em aço inox. Rodízios: em nylon rígido cinza claro, rígido e de alta resistência, facilitando a movimentação do armário em diversos tipos de pisos. Puxadores– em alumínio com ponteiros em ABS cromadas. Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde.		UND	81		
----	--	--	--	-----	----	--	--

**COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO  
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

		Mesa auxiliar – gaveteiro odontológico móvel, com 06 gavetas, sendo 01					
--	--	--	--	--	--	--	--

45		<p>gaveta de 6 cm e 05 gavetas de 12 cm ambas com bojo em ABS. Dimensões externas: Largura 50 cm, Altura tampo: 80 cm e Profundidade: 50 cm. Matéria Prima: Estrutura em MDF com revestimento em melamínico. Gavetas: Gavetas plásticas em poliestireno moldadas em vacuum-forming sem cantos vivos. Frentes: Frentes retas em MDF 18 mm melamínico revestido interna e externamente. Tampos e Frontões: MDF revestido em fórmica texturizada. Tampo: confeccionado em MDF 15 mm com 02 placas, totalizando espessura de 30 mm com acabamento Post-forming. Corrediças telescópicas com pintura epóxi branca com rodízios com stop e deslize suave e Dobradiças em aço inox. Rodízios: em nylon rígido cinza claro, rígido e de alta resistência, facilitando a movimentação do armário em diversos tipos de pisos. Puxadores- em alumínio com ponteiros em ABS cromadas. Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde.</p>		UND	26		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>							
46	600794	<p>Assento Odontopediátrico Estofado - possui espuma com tratamento anti-ácido, é revestida em material sintético e é adaptável a qualquer modelo de cadeira odontológica. Espuma com densidade 33Kg/m³ e com tratamento anti-ácido, proteção antimicrobiana no tecido e espumas, poliuretano Reforçado com Malha 100% Poliéster. Material impermeável, resistente à água e poeira, evitando o acúmulo de sujeira; Cores e estampa a definir pela gestão. Tamanho: Assento: 46 x 10,4 x 44 cm. Encosto: 46 x 4 x 44 cm <b>Inmetro.</b></p>		UND	14		

47	428502	<p>Termocompactador para Gutta – Equipamento para aquecimento e corte de Gutta Percha durante o tratamento endodôntico.</p> <p>A temperatura pode ser ajustada e o tempo de acordo com o material de obturação usado ou qualquer outro uso pretendido do dispositivo; Apenas a extremidade de trabalho da ponta é aquecida, as demais partes permanecem frias sem risco de queimaduras para o paciente;</p> <p>Ampla faixa de temperatura de 90 °C à 250 °C selecionável (5 memórias);</p> <p>4 horas de operação contínua a 250 °C; Botão start/stop em anel de 360° que permite acionar o dispositivo em um ângulo confortável, Opção de operação com a mão esquerda (canhotos);</p> <p>Bateria de lítio de longa duração (sem fio); 2 horas para completar a carga; 15 minutos de carga turbo para 30%; Passando automaticamente para carregamento normal;</p> <p>Acompanha:</p> <p>01 un. Caneta termocompactadora</p> <p>01 un. Base carregadora</p> <p>01 un. Carregador Bivolt</p> <p>03 un. Pontas térmicas.</p> <p>Garantia de 01 ano.</p> <p>Registro na <b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</b> e /ou <b>Ministério da Saúde</b>.</p>	UND	12		
<b>COTA PRINCIPAL – PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA</b>						
48	420040	<p>Insertos Ponteira para ultrassom modelo Scaler Jet Jr Pump L, marca Kondentech (são os aparelhos que estão sendo instalados nas unidades. Kit composto por 03 pontas originais, sendo Scaler – G1 e G2 e Perio – P1.</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)</b> e /ou <b>Ministério da Saúde</b>.</p> <p>Garantia 12 meses.</p>	KIT	169		
<b>COTA RESERVA ATÉ 25% PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>						

49	420040	<p>Insertos Ponteira para ultrassom modelo Scaler Jet Jr Pump L, marca Kondentech (são os aparelhos que estão sendo instalados nas unidades. Kit composto por 03 pontas originais, sendo Scaler – G1 e G2 e Perio – P1.</p> <p><b>Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e /ou Ministério da Saúde. Garantia 12 meses.</b></p>		KIT	56		
<b>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS</b>							
50	622903	<p>Carrinho alto com caixa para Logística Industrial – Capacidade 300L – 300Kg;</p> <p>Dimensões externas (A x L x C): 585 x 605 x 1000 mm; Matéria prima do carrinho: Aço galvanizado, aço inox com pintura epóxi; Com rodízios de aço zincado, e rodas de PVC. Montagem com 02 rodízios fixos e 02 giratórios.</p> <p><b>Inmetro.</b></p>		UND	3		
51	265603	<p>Escada de alumínio com 05 degraus duplos – Escada doméstica, com 05 degraus duplos antiderrapante e sapata antiderrapante.</p> <p>Largura do degrau: 160mm;</p> <p>Capacidade de Peso: 120kg;</p> <p>Altura da escada aberta: 1,53m;</p> <p>Altura da escada fechada: 1,64m;</p> <p>Altura até o último degrau: 1,07cm</p> <p>Altura entre os degraus: 22,0cm;</p> <p>Peso do produto: 5,20kg</p> <p>Garantia 12 meses;</p> <p><b>Inmetro.</b></p>		UND	3		
52	378370	<p>Caixa Plástico Gaveteiro organizador empilhável- Confeccionada em polipropileno, na cor branco, capacidade 4 litros, dimensões externas: 120 x 155 x 250 mm (A x L x C )</p> <p><b>Inmetro.</b></p>		UND	216		
53	430600	<p>Caixa Plástico Gaveteiro organizador empilhável- Confeccionada em polipropileno, na cor branco, capacidade 8 litros, dimensões externas: 150 x 185 x 290 mm (A x L x C )</p>		UND	100		

		<b>Inmetro.</b>					
54	392187	Refrigerador Expositor Vertical Porta dupla – Porta Dupla transparente Slim cor branca, Capacidade Bruta: 1.257 litros e capacidade líquida: 1.164 litros com sistema de refrigeração de fluxo de ar contínuo, 8 prateleiras reguláveis e independentes, iluminação em LED, portas de fechamento automático. Dimensões Externas (LxAxP/cm)134,2 x 202,5 x 78,6cm; Dimensões Internas (LxAxP/cm)122,2 x 150,5 x 67cm: Faixa de Temperatura (°C)+2 / +8°C ; Frequência (Hz)60Hz; Potência600W ; Quantidade de Portas/Tampas2 Portas; Voltagem 220V; Peso Líquido (Kg)181kg;Orientação:Vertical; Frost Free. Garantia 12 meses <b>Inmetro.</b>		UND	3		
55	6000181	Túnel Inflável com nylon emborrachado – Em formato de boca com dentes na parede lateral dos dois lados do túnel, parede dupla, confeccionado em nylon emborrachado de alta resistência e durabilidade impressos pelo processo digital e inflado através de motor ventiladores 110v. Tamanho 6,00 x 4,00 x 10,00mt. Cores: Vermelho e Branco Acompanha bolsa para armazenamento e motor para inflar. Garantia de 12 meses. <b>Inmetro.</b>		UND	3		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA (Escrever por extenso) R\$ -----.**

\_\_\_\_\_(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**OBSERVAÇÃO: Os materiais deverão ser entregue de acordo com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.**

Declaramos que todos os impostos, taxas, inclusive frete, bem como quaisquer outras despesas estão inclusos na presente proposta.

**Declaramos ainda que, o Banco, a Agência e a Conta-Corrente, informados nesta proposta, serão únicos e exclusivos para todos os recebimentos relativos ao cumprimento das Obrigações Contratuais. (Conforme exigência da Lei Municipal nº 2016 de 11 de junho de 2012.**

**CARIMBO DO CNPJ:**



**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA  
(CARIMBO OU NOME LEGÍVEL E CARGO, RG e CPF)**

---

ANEXO III - DO EDITAL

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM  
AGENTE PÚBLICO

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -  
SMCL

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N. 90038/2026/SMCL/PVH

PROCESSO N. 005.006085/2025-56

A Empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante  
legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de  
Identidade n. \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob n. \_\_\_\_\_,

**DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico em  
referência, que ***inexiste em seu quadro de sócios ou empregados pessoas com  
vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro  
grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do  
quadro da Prefeitura Municipal de Porto Velho-RO, nos cargos de direção e  
chefia ou de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus  
agentes políticos.***

**DECLARA** ainda, após examinar as exigências do referido Edital de **PREGÃO  
ELETRÔNICO**, que não infringe ao disposto no art. 14, inciso IV da Lei n.  
14.133/2021.

CIDADE - ESTADO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....

(representante legal).

## ANEXO IV - DO EDITAL

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº -----/20----SMCL/PVH

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e \_\_\_\_\_ (20\_\_), o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, CNPJ 05.903.125/0001-45, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Secretário Municipal \_\_\_\_\_, RG. \_\_\_\_\_ SSP/RO, CPF. \_\_\_\_\_, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro as empresas: \_\_\_\_\_ **CONTRATADA**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no **PROCESSO** \_\_\_\_\_ e homologada à e-doc. \_\_\_\_\_, referente o Pregão Nº \_\_\_\_\_/20\_\_/\_SMCL/PVH, visando atender as necessidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Autarquias e Fundações no âmbito do Município de Porto Velho, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto **Aquisição de Equipamentos Odontológicos (Fotopolimerizador, Vibrador para Amálgamas, Cuba Ultrassônica e outros)**, visando atender a administração pública direta e indireta do Município de Porto Velho, conforme descrições e preços constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/20\_\_/\_SMCL/PVH**, para o **REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_/\_SMCL/PVH**.

#### 1.2. Dos preços, especificações e quantitativos registrados

**1.2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
ITEM	Especificação	Marca (e Modelo se for o caso)	Unidade	Quantidade Máxima	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
X						

**1.2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 2. DA VALIDADE DA ATA

**2.1.** Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da sua publicação no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM)** e sua divulgação no **PNCP (Portal Nacional de Contratações - PNCP)**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso conforme o Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023.

**2.2.** Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a contratar os BENS referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à(s) empresa(s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

#### 3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante

anuência do órgão gerenciador e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023 e suas alterações.

**3.2.** Caberá à Contratada da Ata de Registro de Preços e ao Município, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, anteriormente assumidas.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos **itens/lotos** registrados nesta Ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do **Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023**, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023.

**3.3.1. O Quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada itens/lotos** registrado nesta ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**3.4. Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o objeto ora registrado** dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**3.5.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

III. Prévia consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

#### **4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**4.1.** Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.1.2.** Compete ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores detentores da ata, na ocorrência de fato superveniente que justifique a redução ou revisão dos preços dos bens ou serviços registrados.

**4.1.3.** Os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro mencionados nos incisos I e II deste artigo terão incidência a partir da publicação do extrato da ata atualizada, nos meios previstos no Art. 63 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

**4.2.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, Índice Nacional da Construção Civil – INCC,

divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, aplicável ao período e ao objeto contratual.

**4.3.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **5. DA REVISÃO OU REDUÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I) Se o fornecedor não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

II) Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do I deste ITEM, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

III) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deverá observar primeiramente o cadastro reserva, não existindo, deverá ser observada a classificação original.

IV) Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II, do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

V) Caso haja a redução do preço registrado, o órgão gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

VI) Na hipótese do V deste ITEM, o gerenciador procederá à redução do preço registrado, e providenciará a publicação da alteração, para fins de validação do novo preço registrado.

**5.2.** Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao mesmo requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**5.2.1.** Para fins do disposto deste ITEM, deverá o fornecedor encaminhar ao órgão gerenciador os seguintes documentos:

I. Requerimento contendo o pedido de revisão do preço devidamente justificado e fundamentado;

II. Documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente as condições inicialmente pactuadas, evidenciadas por meio de documentos hábeis:

a) Notas fiscais (antigas e recentes) evidenciando o aumento no custo do bem ou serviço;

b) Lista de preços do fabricante, conforme o caso;

c) Tabelas oficiais ou atos emanados do Poder Público que comprove a onerosidade, conforme o caso;

d) Comprovante de transporte de mercadorias;

e) Outros documentos pertinentes à natureza do objeto.

**5.3.** A documentação entregue será conferida e apreciada pelo órgão gerenciador, o qual realizará ampla pesquisa de mercado, nos moldes estabelecidos no DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, com o fim de averiguar a majoração do preço alegado pelo detentor da ARP.

**5.3.1.** Após a entrega de documentos por parte do fornecedor, o órgão gerenciador

através da Divisão de Reequilíbrio e Análise de Preços, realizará ampla pesquisa de mercado junto, a no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo da atividade, moldes do que dispõe o inciso I do 43 deste DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, bem como com a conferência das documentações, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo detentor da ARP.

**5.4.** É vedado ao detentor/fornecedor interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do pedido de revisão de preço, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro de Preços e na legislação pertinente.

**5.5.** Finalizada a etapa do **5.3 deste item**, o pedido de revisão de preço será submetido à autoridade máxima do órgão gerenciador, para eventual homologação, caso seja constatada a veracidade da majoração do preço inicialmente registrado na ARP.

**5.6.** Na hipótese de comprovação do **item 5.2.1**, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços nos moldes deste Decreto, para fins de validade do novo preço registrado.

**5.7.** Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

**5.8.** Caso não seja demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, mas o fornecedor fica obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

**5.9.** No caso de indeferimento do pedido de revisão, o órgão gerenciador poderá liberar o detentor da ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.

**5.10.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item **5.9** desta ata, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do Art. 58 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

**5.11.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso III do Art. 82 ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços nos termos do inciso II do Art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**5.12.** O órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre o cancelamento do item e/ou ARP registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no § 1º do Art. 68 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

**5.13.** O Requerimento de Revisão de preços será apreciado pela Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços, e posteriormente submetido à Secretaria-Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SMCL, para eventual homologação.

**5.14.** Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, a Revisão de Preços requerida, deverá ser providenciada a **publicação da alteração** da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia (AROM), para fins de validade do novo preço registrado.

**5.15.** Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória do cadastro de reserva ou ordem de classificação original subsidiariamente, para fins de negociação dos preços registrados.

## **6. DA INALTERABILIDADE DO OBJETO**

**6.1.** É vedado o recebimento de bens ou serviços que possuam marca ou

características diversas dos constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como que descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado.

**6.2.** Quando, em decorrência de caso fortuito ou força maior, tornar-se comprometida a execução contratual nos termos inicialmente ajustados, poderá, excepcionalmente, ser permitido o recebimento de bens ou serviços de marca ou características diversas das inicialmente contratadas, desde que comprovada a vantagem para a Administração e desde que não represente descaracterização do objeto identificado no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços.

**6.2.1.** Compete ao órgão interessado formalizar o procedimento administrativo para demonstrar a excepcionalidade prevista no caput deste artigo, devendo apresentar:

- a) A solicitação expressa e fundamentada do fornecedor;
- b) A justificativa para a alteração pretendida;
- c) A comprovação da ocorrência do fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior;
- d) Comprovação de que o produto possua desempenho e qualidade igual ou superior, não podendo haver majoração do preço registrado;
- e) O laudo técnico expedido pelo órgão participante ou setor especializado;
- f) O laudo laboratorial, se for o caso, atestado ou declaração proveniente do órgão interessado quanto à vantagem econômica, com a necessária pesquisa de mercado e demais documentos pertinentes.

**6.2.2.** O órgão interessado poderá aceitar que o beneficiário (fornecedor) entregue para o item ou lote, produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, desde que o interessado comunique, formalmente, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis antes da emissão do empenho.

## **7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

- I.** Descumprir as disposições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- II.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III.** Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV.** Tiver deferida sua solicitação de cancelamento, nos termos do art. 84 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023.
- V.** Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI.** Estiver presentes razões de interesse público.

**7.1.1.** No caso do inciso V, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

**7.1.2.** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do item 7.1 deste, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.1.3.** O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual.

**7.1.4.** Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento.

**7.1.5.** O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação nos moldes do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, sendo vedado ao detentor da ata a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido recebido e assinado anteriormente por este.

## **7.2. Do Cancelamento dos Preços Registrados**

**7.2.1.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público;

II. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

III. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## **8. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO**

**8.1.** Serão fornecedores do objeto desta, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

**8.2.** O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

**8.3.** Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

**8.4.** Os materiais/produtos, desta ATA deverão ser entregues no prazo estipulado pelo Termo de Referência e acompanhados de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

**8.5.** O fornecedor da Ata de Registro de Preços, ficará obrigado, quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, **mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma.**

**8.6.** Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade do material entregue não corresponder ao exigido no Edital e na Ata de Registro de Preços, a Contratada será chamada para, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Autoridade Competente.

## **9. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**10.1.** Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATADA E CONTRATANTE**

**11.1.** Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**12.1.** Conforme estabelecido no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

## **13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente instrumento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023. As sanções administrativas, serão aplicadas, observando sempre a garantia da ampla defesa e o contraditório, e ainda:



**13.1.1.** Conforme advertências e multas constantes no [Termo de Referência – Anexo I](#) deste Edital.

**13.2.** A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo legal, com garantias de contraditório e da ampla defesa.

**13.2.1.** A competência para determinar a instauração do processo administrativo, julgar e aplicar as sanções é da autoridade máxima do órgão ou entidade.

**13.2.2.** A sanção prevista no caput do art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Porto Velho, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.2.3.** A sanção de que trata o art. 95 do Decreto Municipal n.º 18.892 de 30 de março de 2023 quando aplicada pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no desempenho da função administrativa impedirá o sancionado em licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho.

#### **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** Fica a Contratada ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes.

**14.2.** A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

**14.3.** A Administração Pública poderá utilizar-se do art. 108 do Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, quanto a **NOTIFICAÇÃO QUANDO FOR O CASO;**

**14.4.** Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o anexo do Edital de Licitação – \_\_\_\_\_”, o **Edital de Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/20\_\_ /SMCL/PVH** e a proposta da Contratada.

**14.5.** Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Porto Velho \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Secretário

\_\_\_\_\_  
Agente de Contratação/Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Empresa do Preço Registrado  
(Fornecedor)

## FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

ARP Nº \_\_/20\_\_/SMCL/PVH

PROCESSO Nº -----

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_/20\_\_/SMCL/PVH

### FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 58, do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 3444 de 31 de março de 2023, segue, abaixo, relação dos licitantes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) ITEM(S) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoantes registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de realização da sessão pública do pregão.

LOTE da ARP	DESCRIÇÃO	MARCA	FORNECEDOR/ CLASSIFICADO QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME	ORD. CLASSIFICADO

## ANEXO V DO EDITAL

### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA DE UM LADO, E DO OUTRO A EMPRESA -----, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com edital de licitação do **Pregão na forma Eletrônica n.º ..... /.....**, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa no - -----, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

Aos dias\_\_ do mês \_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_, o **MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.903.125/0001-45, com sede na Rua: \_\_\_\_\_, neste ato representado pela **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA** \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **CONTRATANTE**, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, nesta Capital, neste ato legalmente representada pelo (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, brasileiro (a), \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_/SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, tudo de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e alterações, posteriores, resultante do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_**, nos termos do **Parecer nº \_\_\_\_/SPACC/PGM/20\_\_**, devidamente autorizado nos autos do **Processo Administrativo nº -----** -, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1. Aquisição de Equipamentos Odontológicos (Fotopolimerizador, Vibrador para Amálgamas, Cuba Ultrassônica e outros).** visando abastecimento das unidades de saúde subordinadas à **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**

**Parágrafo Primeiro** – Integram este documento contratual, como parte indissociável, VINCULANDO ESTÁ CONTRATAÇÃO:

- a) O Termo de Referência id. -----;
- b) O Edital da Licitação nº. id. -----;
- c) A Proposta do CONTRATADO id. -----;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados id. -----;

**1.2.** O regime de execução é empreitada por preço unitário.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL**

##### **3.1. Da forma do prazo, local de entrega e condições de recebimento**

**3.1.1.** O prazo para entrega dos equipamentos de até 30 (trinta) dias, contados após a assinatura do contrato. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

**3.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues nos seguintes endereços:**

**3.1.3. SEMUSA:** Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, situado na Rua Monteiro Lobato, nº 5550 – Bairro: Jardim Eldorado, telefone: (69) 3901-2948 / 3901-2822, CEP: 76.811-794, Porto Velho/RO observando o horário comercial das 08 h às 14 h.

**3.2. SEMED:** Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação SEMED, situado a Rua Duque de Caxias, nº 2840 – Bairro: São Cristóvão, Porto Velho, CEP: 76804-018. Horário de atendimento das 08h00 às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

### **3.3. Do Recebimento**

**3.3.1.** Os bens serão recebidos da seguinte forma:

**3.3.2.** O recebimento e aceitação dos equipamentos serão observados as especificações contidas neste Termo de Referência e no edital e as disposições contidas nos Artigo 140, da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 10.520/2002 e suas alterações;

**3.3.3.** Expedida a Autorização de Fornecimento e/ou Executado o contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado à observância das normas contidas no artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” e § 2º, Lei nº 14.133/2021, e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob a responsabilidade de Servidor e/ou Comissão de Recebimento, podendo ser:

**a) Provisoriamente,** em até 05 (cinco) dias depois de efetuada a entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações, no local de entrega, um servidor designado fará o recebimento dos equipamentos limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data da entrega dos equipamentos. O recebimento suprarreferido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal quando da sua entrega;

**b) Definitivamente,** será feito após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos e consequente aceitação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor que procederá ao recebimento, realizando todos os testes, verificando as especificações e as qualificações do material entregue, de conformidade com o exigido;

**3.3.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento do objeto, nem ético-profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento equivalente.

**3.3.5.** O fornecedor é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**3.3.6.** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os equipamentos solicitado não atende às especificações previamente definidas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada providenciar a substituição do equipamento não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

**3.3.6.** Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos, se algum equipamento constante na mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado. critérios de aceitabilidade da entrega.

**3.3.7.** Fica terminantemente vedado a Contratada entregar equipamentos fora dos padrões especificados, reservando-se ao Município de Porto Velho/RO o direito de recusar qualquer item que apresente tais características.

**3.3.8.** Correrão por conta da Contratada quaisquer providências relativas à descarga dos equipamentos, incluindo-se aí a necessária mão de obra para descarregar os equipamentos dos itens entregues no almoxarifado.

**3.3.9.** Os equipamentos deverão possuir no ato da entrega validade de no mínimo de 12 meses, fornecido pelo fabricante, na forma e prazo estipulados, devendo o fornecedor ser responsabilizado se ocorrer o fornecimento de materiais divergentes aos solicitados, que deverão ser imediatamente substituídos e entregues, sem qualquer ônus para a Contratante, no endereço do subitem **3.1.2.**

**3.3.10.** Os equipamentos deverão demonstrar as mesmas especificações detalhadas nos itens do Termo de Referência, na forma e prazo estipulados.

**3.3.11.** Se o fornecedor vencedor tiver comprovadamente dificuldades para entregar os equipamentos dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de mínimo 10 (dez) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada a Unidade Administrativa que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo, ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação.

**3.3.12.** Depois de esgotado o(s) prazo(s) concedido(s) pela Unidade Administrativa, aplicará a multa por atraso na entrega de 0,5% ao dia até o limite de 10% sobre o valor empenhado, e, entendendo necessário, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, nos seguintes artigos: 156, 162 e 163.

**3.3.13.** As aquisições dos equipamentos ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências das Unidades Administrativas, desde que exista o respectivo crédito orçamentário, mediante a emissão do contrato.

**3.3.14.** Fica terminantemente vedado a Contratada entregar os equipamentos que sejam usados, conflitante com este instrumento, reservando-se à Unidade Administrativa o direito de recusar qualquer item que apresente tais características.

**3.3.15.** Na entrega dos equipamentos deverá ser observado o controle de qualidade de 1ª (primeira) ordem, também denominado macroscópico. Neste controle, serão observados os seguintes aspectos: identificação do(s) lote(s), prazo de validade do(s) produto(s), condições de embalagem protetora, observação da presença de precipitados, observação do cumprimento das especificações legais exigidas para os rótulos, verificação da existência de manuais na língua portuguesa, observação dos aspectos físicos dos produtos quanto possível (cor, odor, uniformidade, textura, integridade), presença de corpos estranhos, limpidez, turbidez, vazamento(s) entre outros.

**3.3.16. Embalagem:** Os equipamentos deverão ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA caso necessário ou INMETRO.

**3.3.17. Rotulagem e Manuais** – Todos os equipamentos deverão ter constar no(s) rótulo(s), todas as informações em língua portuguesa. E ainda conter número do lote, data de fabricação, data de vencimento, nome do responsável técnico, número de registro de acordo com a Legislação Sanitária vigente e nos termos do Artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

**3.3.18. Do Responsável Técnico:** As embalagens deverão apresentar o nome do Responsável Técnico pela fabricação do item/equipamento. O registro do profissional deverá ser obrigatoriamente da unidade federal onde a fábrica está instalada.

**3.3.19.** Os equipamentos deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos produtos quando indicado.

#### **4. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**4.2.** A execução do contrato ou entrega dos materiais deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou comissão de recebimento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **4.3. Fiscalização**

**4.3.1.** A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

**4.3.2.** A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es) ou comissão, doravante denominado (s) FISCAL (IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.113/21;

**4.3.3.** A existência da fiscalização da Secretaria não diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada.

**4.3.4.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**4.3.5.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**4.4** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**4.5** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**4.6** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**4.7** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

**4.1.** É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

**5.1.** O valor desta contratação é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Contratante será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

**6.3.** Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**6.4.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do

efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000328767, assim apurado:

$$I = (TX) I = (1/100) I = 0,000328767$$

365 365 365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**6.5.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**6.6.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

**6.7.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**6.8.** A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**6.9.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**6.10.** A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada.

**6.11.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

#### **6.11. Antecipação de Pagamento**

**6.11.1.** A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. [\(0518957\)](#). Data-base PORTO VELHO-RO, 09 de fevereiro de 2026..

**7.2.** Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possam mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vierem a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**7.9.** Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes a legislação brasileira, bem como, as normas previstas no Termo de Referência e seus Anexos, são obrigações da CONTRATADA:

**8.1.1.** Entregar todos os equipamentos constantes no contrato em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento do contrato.

**8.1.2.** A qualidade dos equipamentos, deverá ser rigorosamente àquele descrito na Autorização de Fornecimento, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo a execução do objeto contratado ser efetuado dentro os requisitos de QUALIDADE.

**8.1.3.** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos equipamentos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.4.** Emitida Nota Fiscal em duas vias deverá indicar o número do Processo, do contrato, o nome e número do Banco, Agência e número da Conta-Corrente da Contratada onde será realizado o crédito correspondente ao pagamento do objeto deste instrumento. Em favor da Prefeitura Municipal de Porto Velho, sob o CNPJ nº. 05.903.125.0001-45, situada na Av. Sete de Setembro, nº 237 – Centro – CEP: 76.801- 020 – Porto Velho/RO.

**8.1.5.** Deverá assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras e adicionais. Encargos fiscais e comerciais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados, resultantes da entrega dos equipamentos solicitados.

**8.1.6.** Deverá comunicar o departamento responsável pela solicitação dos equipamentos , no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento por escrito, sob pena de sanções administrativas.

**8.1.7.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**8.1.8.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

**8.1.9.** A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**8.1.10.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos equipamentos, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei nº 14.133/21.



**8.1.11.** A CONTRATADA não pode transferir a terceiros, por qualquer forma, o contrato, nem subcontratar qualquer parte do mesmo a que esta é obrigada a cumprir, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE.

**8.1.12.** Deverá obedecer no ato da entrega às condições ofertadas na proposta de preço: prazo de validade e a marca do equipamento ofertado, o fabricante, tipo de apresentação, quantidade por embalagem e procedência dos equipamentos.

**8.1.13.** Por ocasião do recebimento provisório ou definitivo, caso seja detectado que os equipamentos não atendem as especificações dos objetos descritas neste Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa CONTRATADA a providenciar a substituição dos Produtos não aceitos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contados da data do recebimento da notificação.

**8.1.14.** A presente neste instrumento determina ser obrigatório a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do certame em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados na sua fabricação, de acordo com o que determina o artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.15.** Correrá por conta da CONTRATADA toda e qualquer despesa com frete, ensaios, testes, laudos, e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário.

**8.1.16.** Os objetos deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos equipamentos quando indicado e constar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em estrita observância aos preceitos da Lei nº. 6.360/1976 e de seu regimento as normas DIN 17.442, DIN 100 e NBR-ABN, caso necessário.

**8.1.17.** Garantir assistência Técnica comprovada e autorizada pelo fabricante, preferencialmente no município de Porto Velho/RO, e se não há existência do mesmo, durante a garantia, a empresa CONTRATADA será responsável pelos custos de transporte de ida e volta do equipamento com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

**8.1.18.** A CONTRATADA deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 497, de 20 de maio de 2021.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Pagamento dos produtos contratados, nos prazos previstos;

**9.2.** Fiscalização dos fornecimentos, relatando problemas e circunstâncias para facilitação dos serviços;

**9.3.** Comunicar imediatamente à empresa CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos equipamentos.

**9.4.** Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas.

**9.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregue fora das especificações deste instrumento e cumprir com as disposições editalícias.

**9.6.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações (ENTREGA DOS PRODUTOS) e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma.

**9.7.** Acompanhar, atestar e efetuar o recebimento dos produtos correspondentes ao produto deste instrumento, por **servidor** ou Comissão de Recebimento dos produtos, devidamente legalizado, conforme prevê o art. 140, da Lei n.º 14.133/21, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa entregar fora das especificações do Termo de Referência e seu (s) Anexo(s), não eximindo a CONTRATADA de sua total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações.

**9.8.** Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução do contrato, para que sejam tomadas as providências necessárias quanto às correções decorrentes de erros e falhas; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.9.** Notificar a empresa, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas, das eventuais aplicações de advertências e multas previstas na legislação que rege a matéria.

**9.10.** Supervisionar, fiscalizar, e atestar a execução do contrato;

**9.11.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações.

**9.12.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

**9.13.** Fiscalizar a execução do contrato nos termos da Lei 14.133/2021.

**9.14.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

**9.15.** Efetuar o pagamento da empresa CONTRATADA em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregado do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução para esta licitação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, conforme:

Projeto de Atividade/Operação Especial:

**08.31.10.301.317.2.662** - Manutenção dos serviços do Centro de Especialidades Odontológicas

**08.31.10.301.317.2.664** - Manutenção dos serviços das Unidades Básicas de Saúde

**Elemento de Despesa - 4.4.90.52** – Equipamentos e Material Permanente Recurso Parcial oriundo de Emenda Federal

**Nº Proposta: 11155.765000/123-006** – Dep Federal Mariana Carvalho

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pelas Lei nº 14.133/2021, e previstas no Edital e/ou contrato), as seguintes penalidades:

I – Advertência:

II – Multa, nos seguintes percentuais:

**a)** No atraso injustificado da entrega do produto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 30% (trinta por cento);

**b)** Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,5% (cinco centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 30% (trinta por cento);

**c)** No caso de atraso injustificado para substituição do produto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias;

**d)** Na hipótese de atraso injustificado para substituição do produto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

**e)** Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

**f)** Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado.

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de até 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida.

c) Na hipótese da empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV – Impedimento de licitar e contratar; art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

**12.2.** A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**12.3.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

**12.4.** Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**12.5.** Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**12.6.** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

**12.7.** O licitante e a CONTRATADA que incorram nas infrações previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no Art. 156 da mesma Lei. Conforme Decreto Municipal nº 18.892/2023, Art. 95.

**12.8.** A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante ou contratado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação. Conforme Decreto Municipal nº 18.892/2023, Art. 130.

**12.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de

Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

**12.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

**12.11.** No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023. (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS);

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**13.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**13.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**13.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**13.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**13.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**13.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**13.7.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**13.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**13.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**13.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**14.1.1.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Donsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**14.2.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII – Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII – Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX – Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**14.3.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

**14.4.** A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

**14.5.** Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

**14.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INADIMPLEMENTO**

**15.1.** No caso de abertura de procedimento administrativo para apuração de inadimplemento contratuais deverá ser observado o procedimento estabelecido no art. 95 a 130 do Decreto Municipal 18.892/2023.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais aplicáveis.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA HABILITAÇÃO**

**18.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter as condições que a habilitaram no certame licitatório, até o total cumprimento deste contrato.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento.

## **20. CLÁUSULA VÍGESIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Após a assinatura deste contrato, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do mesmo ou de resumo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma, **devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Município**.

Porto Velho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA**

**VISTO:**

<b>PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO</b>



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Di Souza Botelho, Agente**, em 04/05/2026, às 17:32, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0777760** e o código CRC **0A84300F**.



